



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A Participação dos Artilheiros Portugueses em missões no exterior. Ilações a reter.**

**Autor**

**Aspirante a Oficial de Artilharia, Jonathan Oliveira Marques**

**Orientador: Major de Artilharia Comando, Hélder Jorge Pinheiro Barreira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho 2013**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A Participação dos Artilheiros Portugueses em missões no exterior. Ilações a reter.**

**Autor**

**Aspirante a Oficial de Artilharia, Jonathan Oliveira Marques**

**Orientador: Major de Artilharia Comando, Hélder Jorge Pinheiro Barreira**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, julho 2013**

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus Pais e avó,  
por todo o apoio incondicional, compreensão e carinho  
durante estes últimos anos na realização do sonho em ser Oficial do Exército.

## **Agradecimentos**

Os meus sinceros agradecimentos são dirigidos às pessoas que, de alguma forma, contribuíram para o presente trabalho, dedicando disponibilidade e atenção ao seu desenvolvimento.

Ao Sr. Tenente-Coronel de Artilharia Élio Santos, pela sua dedicação e disponibilidade ao longo destes últimos dois anos.

Ao Major de Artilharia Helder Barreira, pela orientação e pelo empenho que desde o início demonstrou, tornando possível a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Ao Sr. Tenente-Coronel de Artilharia Marquês de Sousa pela disponibilidade, pelos preciosos contributos e experiência do Teatro de Operações de Timor-Leste.

Ao Sr. Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel Freire pela sua disponibilidade, simpatia, experiência e conhecimento prestado no âmbito do Teatro de Operações do Kosovo.

Ao Sr. Major de Artilharia Carlos Prata pela sua disponibilidade, experiências partilhadas na entrevista e conhecimento acerca dos Teatros de Operações da Bósnia e Herzegovina e Kosovo.

Ao Sr. Major de Artilharia Luís Sardinha pela sua disponibilidade, pela sua entrevista e experiência enriquecedora relativa ao Teatro de Operações de Timor-Leste.

Ao Sr. Major de Artilharia Nélon Rego pela disponibilidade, entrevista e experiência relativa ao Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina.

E a toda a minha família pelo apoio incondicional prestado, dedicação e ajuda constante.

A todos os meus sinceros agradecimentos.

## Resumo

O presente trabalho tem como finalidade investigar e analisar a participação de artilheiros portugueses em missões no exterior no âmbito das Forças Nacionais Destacadas.

O trabalho foi elaborado na Sede da Academia Militar em Lisboa, tendo sido feitas deslocações ao Estado-Maior do Exército, ao Instituto de Estudos Superiores Militares, ao Comando da Forças Terrestres e ao Grupo de Artilharia de Campanha da Brigada Mecanizada, em Santa Margarida, tendo em vista a obtenção de informação pertinente e a realização de entrevistas.

Este trabalho inicia-se com a revisão documental da bibliografia existente sobre esta temática, tendente ao necessário enquadramento conceptual do tema, sendo esta seguida de uma análise específica das funções desempenhadas pelos Oficiais de Artilharia nos Teatros de Operações (TO) de Timor-Leste, Bósnia Herzegovina e Kosovo, cujos contributos foram recolhidos através de entrevistas.

A metodologia utilizada baseia-se, fundamentalmente, no Manual de Investigação em Ciências Sociais, descritas no livro de Quivy e Campenhoudt.

Com esta investigação pretende-se identificar as funções desempenhadas pelos Oficiais de Artilharia nos TO acima identificados, de acordo com a delimitação definida neste Trabalho de Investigação Aplicada, e analisar os condicionamentos e mais-valias que as mesmas incorporam, culminando com a identificação das prespetivas futuras quanto à participação dos Oficiais de Artilharia em missões no exterior, no âmbito da União Europeia, NATO e ONU.

O objetivo de estudo deste trabalho centra-se assim na participação de Artilheiros Portugueses em missões no exterior, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas, através do estudo das funções que os Oficiais de Artilharia do Exército Português desempenharam nos TO da Bósnia, Timor e Kosovo.

A título conclusivo, constatamos que os Oficiais de Artilharia Portugueses são proficientes no desempenho das suas funções no exterior, independentemente da função que lhes seja atribuída, sendo a sua participação nas FND um elemento potenciador dos níveis de motivação e da aptidão profissional.

**Palavras-chave:** Forças Nacionais Destacadas, Artilharia, Timor-Leste, Bósnia e Herzegovina, Kosovo.

## Abstract

The main purpose of this Applied Research Assignment is to investigate and analyze the participation of the Portuguese Artillery in foreign missions with in Deployed National Forces.

The research was mainly conducted at the Military Academy Detachment in Amadora, but also included the Army General Staff, the Institute of Higher Military Studies, and the Land Forces Command, and the Field Artillery Battalion of the Mechanized Brigade, stationed in Santa Margarida, in order to gather relevant information and to carry out interviews.

This work starts with a bibliographic review on this theme, in order to establish the conceptual framework, followed by a specific analysis of the jobs performed by the Artillery Officers in the Theatres of Operations of East-Timor, Bósnia and Herzegovina and Kosovo, which information was gathered by interview.

The methodology used was based upon the handbook “*Manual de Investigação em Ciências Sociais* by Quivy and Campebhoudt.”

With this Applied Research Assignment we aim to to identify the functions carried out by the interviewed Artillery Officers, in accordance with the limits hereby proposed, and to analyze its restraints and the benefits, ending by identifying the future perspectives about the Artillery Officers participation in foreign missions, within the European Union, NATO and UNO .

This study focuses on the foreign participation of Portuguese Artillery Officers, as members of Deployed National Forces, by analyzing the functions performed by Artillery Officers, in the theaters of Bosnia, Timor and Kosovo.

At the end of this work, it can be concluded that the Portuguese Artillery Officers are proficient in the performance of their duties abroad, regardless of the function assigned to them, being their participation in Deployed National Forces a augmented factor of motivation and professional aptitude.

**Keywords:** Deployed National Forces, Artillery, East Timor, Bosnia and Herzegovina, Kosovo.

# Índice

<b>Dedicatória</b> .....	<b>iii</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>iv</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>v</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>vi</b>
<b>Lista de Apêndices</b> .....	<b>xiii</b>
<b>Lista de Anexos</b> .....	<b>xiii</b>
<b>Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos</b> .....	<b>xiii</b>
<b>Capítulo 1 - Introdução</b> .....	<b>1</b>
1.1. Enquadramento / Contextualização .....	1
1.2. Justificação do Tema .....	1
1.3. Objetivos.....	2
1.4. Problema de Investigação, Questão Cental e Questões Derivadas.....	2
1.5. Delimitação do estudo .....	4
1.6. Metodologia.....	4
1.7. Estrutura do Trabalho .....	5
<b>Capítulo 2 – Enquadramento Conceptual</b> .....	<b>7</b>
2.1. Forças Nacionais Destacadas.....	7
2.2. North Atlantic Treaty Organization (NATO).....	9
2.3. Os Conceitos de NATO Response Force e de Battle Groups.....	11
2.4. Organização das Nações Unidas (ONU) .....	13
2.5. Operações de Resposta a Crises .....	14
<b>Capítulo 3 – Teatro de Operações de Timor-Leste.</b> .....	<b>17</b>
3.1. <i>O Conflito em Timor-Leste</i> .....	17

3.2. A Participação Nacional em Timor-Leste .....	18
3.3. Síntese Conclusiva.....	21
<b>Capítulo 4 - Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina .....</b>	<b>22</b>
4.1. O Conflito na Bósnia Herzegovina.....	22
4.2. A Participação Nacional na Bósnia e Herzegovina.....	23
4.3. Síntese Conclusiva.....	25
<b>Capítulo 5 – Teatro de Operações do Kosovo.....</b>	<b>26</b>
5.1. O Conflito do Kosovo .....	26
5.2. A Participação Nacional no Kosovo.....	27
5.3. Síntese Conclusiva.....	29
<b>Capítulo 6 - Participação dos Artilheiros Portugueses nas FND - Aspectos positivos e negativos .....</b>	<b>31</b>
6.1. O Futuro da Artilharia Portuguesa nas Forças Nacionais Destacadas .....	31
6.2. Mais-valias para o Exército Português .....	34
6.3. Síntese Conclusiva.....	35
<b>Capítulo 7 – Conclusões e Propostas .....</b>	<b>37</b>
7.1. Conclusões Finais.....	37
7.2. Limitações .....	39
7.3 Propostas e Recomendações.....	42
Bibliografia.....	41
Apêndices .....	43
<b>Anexos.....</b>	<b>71</b>

## Índice de Figuras

Figura 1 - Espectro das Operações Militares.....	77
Figura 2 - Artigo 5º Defesa Coletiva .....	78
Figura 3 - Participação de Artilheiros em FND.....	72
Figura 4 - Quadro de missões em Timor, no âmbito das FND.....	74
Figura 5 - Quadro de missões na Bósnia e Herzegovina, no âmbito das FND. ....	75
Figura 6 - Quadro de missões no Kosovo, no âmbito das FND. ....	76
Figura 7 - Estrutura representativa de uma NRF.....	79
Figura 8 - Estrutura genérica de um Battlegroup. ....	80
Figura 9 - Organização da UNTAET .....	81
Figura 10 - Organização da Força de Manutenção de Paz (PKF) .....	84
Figura 11 - Divisão Territorial da Bósnia e Herzegovina em 1995.....	87
Figura 12 - Logótipo da IFOR.....	85
Figura 13 - Estrutura de Comando e Controlo da IFOR .....	86
Figura 14 - Logótipo da KFOR .....	88
Figura 15 - Estrutura de Comando e Controlo da KFOR.....	89

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Entrevistas. ....	4
------------------------------	---

## **Lista de Apêndices**

Apêndice A: Entrevista de Timor.....	<b>46</b>
Apêndice B: Entrevista de Timor .....	<b>51</b>
Apêndice C: Entrevista da Bósnia e Herzegovina.....	<b>55</b>
Apêndice D: Entrevista da Bósnia e Herzegovina.....	<b>60</b>
Apêndice E: Entrevista do Kosovo.....	<b>62</b>
Apêndice F: Entrevista do Kosovo.....	<b>66</b>
Apêndice G: Participação dos Artilheiros .....	<b>72</b>

## Lista de Anexos

Anexo A: .....	Histórico das FND nos TO de Timor:Leste, Bósnia e Herzegovina e Kosovo	72
Anexo B:.....	Espectro das Operações Militares	75
Anexo C:.....	Artigo 5º Defesa Coletiva	76
Anexo D: .....	Estrutura da NATO Responce Force (NRF)	77
Anexo E: .....	Estrutura de um BattleGroup	78
Anexo F: .....	Princípios das Operações de Resposta a Crises	79
Anexo G:	Organização da UNTAET (United Nation Transitional Administration in East Timor)	81
Anexo H: .....	Organização da Força de Manutenção de Paz (PKF)	82
Anexo I: .....	Missão e Estrutura de Comando e Controlo da IFOR	83
Anexo J:.....	O Acordo de Paz de Dayton	85
Anexo K: .....	Missão e Estrutura de Comando e Controlo da KFOR	86

## Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

### A

AOp	Área de Operações
ADM	Armas de Destruição Maciça

### B

BG	Battle Group
Btr	Bateria
BrigMec	Brigada Mecanizada

### C

CAP ART	Capitão de Artilharia
CRO	Operações de Resposta a Crises
CRC	Centro de Relato e Controlo
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
COMKFOR	Comando da KFOR
CJSOR	Combined Joint Statement Of Requirements
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior
CCmds	Companhia de Comandos
CAt	Companhia de Atiradores

### E

EOM	Encargo Operacional de Material
EOP	Encargo Operacional de Pessoal
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ECOSF	Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças

### F

FND	Forças Nacionais Destacadas
FAP	Força Aérea Portuguesa

### G

GPA	Governance and Public Administration
-----	--------------------------------------

### H

HAER	Humanitarian Assistance and Emergency Relief
------	--

**I**

INTERFET	International Force in East Timor
IEBL	Inter Entity Boundary Line
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Targeting Acquisition and Reconnaissance

**K**

KVM	Kosovo Verification Mission
-----	-----------------------------

**M**

MTA	Military Technical Agreement
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MAJ ART	Major de Artilharia
MNBN	Multinational Brigade North
MNBC	Multinational Brigade Center
MNBE	Multinational Brigade East
MNBS	Multinational Brigade South
MNBW	Multinational Brigade West

**N**

NATO	North Atlantic Treaty Organization
NAC	North Atlantic Council
NRF	NATO Response Force

**O**

OAP	Operações de Apoio à Paz
OMLT	Operational Mentor Liaison Team
OI	Organizações Internacionais

**P**

Pel	Pelotão
PITOP	Plano de Instrução de Treino Operacional do Exercito

**R**

RAAA1	Regimento de Artilharia Antiaérea nº1
-------	---------------------------------------

**S**

SAR	Search And Rescue
Sec	Secção
SFN	Sistema de Forças Nacional

**T**

TO	Teatro de Operações
TCOR ART	Tenente-Coronel de Artilharia
TACP	Tactical Air Control Party

## U

UE	União Europeia
UNMOZ	United Nations Operation in Mozambique
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
UNOGIL	United Nation Observer Group in Lebanon
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNSCR	United Nations Security Council Resolution
UNPROFOR	United Nations Protection Force
UEB	Unidade de Escalão Batalhão

## Capítulo 1 - Introdução

### 1.1. Enquadramento / Contextualização

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA) e, conforme definido na Norma de Execução Permanente 520/DE, da Academia Militar, “tem como objectivo geral a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades que permitam e constituam a base de aplicações originais, em ambiente de investigação, nos domínios da segurança e defesa e, em particular, em áreas concretas de especialização”.

Neste contexto, o presente trabalho, subordinado ao tema “*A Participação dos Artilheiros Portugueses em missões no exterior. Ilações a reter*”, pretende contribuir com novo conhecimento sobre a participação dos Oficiais da Arma de Artilharia em missões no exterior, conduzidas sob a égide da União Europeia, NATO e ONU, identificando eventuais mais-valias que as mesmas acarretam para o Exército Português, apurando ainda possíveis evoluções neste domínio.

Embora estas participações possam ser analisadas sobre várias perspetivas, o objetivo de estudo deste trabalho circunscreve-se á participação de Artilheiros Portugueses no exterior, no âmbito da componente operacional e técnico-militar, no período compreendido entre 1996 até aos dias de hoje, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas (FND), através da análise das funções desempenhadas por oficiais Artilheiros Portugueses nos TO da Bósnia, Timor e Kosovo no período considerado.

### 1.2. Justificação do Tema

O atual cenário de empenhamento de forças militares nacionais materializa-se na condução de Operações de Resposta a Crises, conduzidas sob a a égide da União Europeia, NATO e/ou ONU, onde se inserem as forças presentes nos TO já identificados.

Portugal, dando cumprimento aos compromissos internacionalmente assumidos, tem projetado FND para estes cenários, onde os Oficiais de Artilharia, membros

integrantes do Sistema de Forças do Exército, têm naturalmente sido chamados a desempenhar funções nesta tipologia de operações, as quais importa identificar e analisar, tendo por objetivo último retirar ensinamentos com vista ao seu cabal emprego futuro

### **1.3. Objetivos**

Os objetivos específicos que pretendemos atingir com a presente investigação são os seguintes:

- Fazer um ponto de situação das missões desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses na amostra identificada;
- Identificar as mais-valias ou vantagens inerentes às missões realizadas pelos Oficiais de Artilharia;
- Fazer uma avaliação e análise das suas participações em missões no exterior, dentro da delimitação deste trabalho de investigação;
- Identificar possíveis perspetivas para o futuro das missões a desempenhar pelos Artilheiros Portugueses.

### **1.4. Problema de Investigação, Questão Cental e Questões Derivadas**

Com vista a atingir os objetivos acima definidos, e após a pesquisa bibliográfica exploratória efetuada sobre "*A Participação dos Artilheiros Portugueses em missões no exterior: Ilações a reter.*", levantámos as seguintes Questões Central (QC) e Derivadas (QD):

(QC): Quais as principais ilações identificadas nas missões desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses em todo o espectro das operações no exterior, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas (FND)?

QD1: Quais são as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no Teatro de Operações de Timor?

QD2: Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina?

QD3: Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no Teatro de Operações do Kosovo?

QD4: Quais são as proficiências identificadas pelos Artilheiros Portugueses nas missões no exterior, que concorrem para a obtenção de mais-valias e prestígio para o Exército Português?

### **1.5. Delimitação do estudo**

O presente trabalho circunscreve-se aos TO de Timor, Bósnia e Herzegovina e Kosovo, e envolve a recolha e análise de informações sobre a participação de Artilheiros Portugueses nestes TO, tendo por finalidade de identificar as funções desempenhadas pelos Oficiais de Artilharia, apurar eventuais mais-valias para a Arma de Artilharia e para o Exército Português, bem como prespetivar as funções que os Artilheiros Portugueses poderão vir a desempenhar fora do território nacional num futuro próximo, no âmbito das FND.

A análise da participação de Oficiais de Artilharia no TO de Timor-Leste incide no período de 1999 até 2004, no TO da Bósnia e Herzegovina o período abrangido compreende os anos de 1996 a 2007, e no TO do Kosovo o período temporal entre 1999 e 2013, tendo no entanto em consideração que no intervalo entre 2001 e 2005 não houve emprego de FND no Kosovo, as quais foram empenhadas no TO de Timor-Leste.<sup>1</sup>

O presente TIA cinge-se às missões conduzidas sob a égida da União Europeia (UE), NATO e ONU, e incide apenas nas funções desempenhadas por Oficiais de Artilharia do Quadro Permanente do Exército Português no âmbito das FND, uma vez que a análise das funções igualmente desempenhadas por sargentos e praças se toma inexequível face à dimensão e ao tempo impostos para a elaboração do presente TIA.

### **1.6. Metodologia**

A abordagem do tema baseou-se inicialmente numa pesquisa bibliográfica documental, seguida de uma análise específica às missões e participações já identificadas.

---

<sup>1</sup> Ver Anexo A – Histórico das FND nos TO de Timor-Leste, Bósnia e Herzegovina e Kosovo.

Posteriormente, procedemos a um conjunto de entrevistas a personalidades que possuem comprovada experiência e conhecimentos relativamente ao assunto em estudo. Para tal, construímos um guião de entrevista com vista à obtenção de informação pertinente que permitiu não só enriquecer o conteúdo do trabalho, como também retirar conclusões ajustadas. As entrevistas obedeceram à estrutura abaixo indicada (Tabela 1).

Tabela 1 -- Entrevistas

Entrevistado	Local	Teatro de Operações	Data
TCor Art Marquês de Sousa	Academia Militar, Amadora	Timor-Leste	11 / Março / 2013
TCor Cav Miguel Freire	Academia Militar, Sede	Kosovo	14 / Março / 2013
Major Art Nélson Rego	Estado Maior do Exército	Bósnia e Herzegovina	18 / Março / 2013
Major Art Luís Sardinha	Comando da Forças Terrestres	Timor-Leste	20 / Março / 2013
Major Art Carlos Prata	Santa Margarida	Bósnia e Herzegovina e Kosovo	21 / Março / 2013

Fonte: Do Autor, 2013

Seguidamente elaborámos a construção teórica que serviu de base ao nosso trabalho de investigação, onde são identificados as participações de Oficiais de Artilharia Portugueses em missões no exterior, e no período delimitado, em missões de natureza operacional e técnico-militar.

Analisando cada um dos cenários identificados, que incluíram a participação de Oficiais de Artilharia, procuraremos de seguida identificar as lições aprendidas que poderão construir uma mais-valia para a Arma de Artilharia e para o Exército Português, quanto ao exercício futuro dessas mesmas funções.

Para responder às questões derivadas, tivemos por base a análise da informação documental, científica e empírica recolhida, para que numa fase final fosse possível responder às questões derivadas e central, bem como extrair conclusões que permitam identificar as possíveis funções que o Artilheiro Português poderá vir a desempenhar fora do território nacional num futuro próximo, no âmbito das FND.

No que à metodologia diz respeito, percorreram-se as etapas que Quivy e Campenhoudt designam por etapas de procedimento científico. Este procedimento científico é composto por três atos e sete etapas que devem acompanhar de uma forma lógica a realização de um trabalho de carácter científico (Quivy e Campenhoudt, 1992).

A rotura corresponde ao primeiro dos três atos da investigação que, por sua vez, visa “romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas” (Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 25). Este ato compõe três etapas, sendo que, a primeira etapa é referente à escolha de uma QC ou pergunta de partida, a segunda etapa referente à exploração e a terceira etapa corresponde à problemática.

Uma investigação presume “caminhar para um melhor conhecimento...”(Quivy e Campenhoudt, 1992, p. 29), e no sentido de nortear a presente investigação, levantou-se a seguinte QC: “Quais as principais ilações identificadas nas missões desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses em todo o espectro das operações no exterior, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas (FND)?” Esta pergunta serviu de fio condutor para podermos dar uma resposta adequada para a problemática da investigação, sendo a etapa a seguir a exploração. Esta fase implica a obtenção de informação, que decorreu da consulta de bibliografia e das entrevistas a entidades que participaram em FND.

## **1.7. Estrutura do Trabalho**

O presente trabalho é composto por sete capítulos.

No primeiro capítulo, a introdução, efectuamos o enquadramento do problema, definimos o objetivo, apresentamos a importância deste tema, a estrutura do trabalho e a metodologia adotada.

No segundo capítulo apresentamos, de forma necessariamente sucinta, um enquadramento conceptual das FND, um breve enquadramento histórico das mesmas, bem como o seu conceito. São igualmente abordadas neste capítulo o conceito e organização da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e da ONU. Por fim, ainda neste capítulo, abordamos as Operações de Resposta a Crises (CRO) quanto à sua tipologia, identificando as funções atribuíveis aos Artilheiros Portugueses no âmbito das FND, tendo em conta a delimitação do tema já indicada.

Nos terceiro, quarto e quinto capítulos iremos responder a cada uma das questões derivadas, relativas aos cenários de Timor-Leste, Bósnia e Herzegovina e Kosovo, respetivamente, tendo por base as entrevistas realizadas aos Oficiais que integraram, num passado recente, as FND.

No sexto capítulo identificamos os aspectos positivos e negativos inerentes à participação dos Artilheiros Portugueses em missões no exterior, face às funções desempenhadas, de modo a conseguirmos prespetivar a participação futura dos Oficiais de Artilharia neste tipo de missões.

Por fim, no sétimo e último capítulo, iremos expor as conclusões finais, dando resposta à questão central, identificar as limitações que se reconhecem, e tecer as propostas tidas por justificadas face ao estudo realizado.

## Capítulo 2 – Enquadramento Conceptual

### 2.1. Forças Nacionais Destacadas

O Exército Português tem vindo a constituir FND que têm sido integradas num quadro de forças multinacionais, constituídas e empregues sob a égide da UE, NATO e ONU. Desempenham missões “ditas de paz, embora de uma forma conceptual se enquadrem vulgarmente, se designam por Operações de Resposta a Crises (no âmbito NATO), Operações de Apoio à Paz (no âmbito ONU) ou até mesmo Operações de Estabilização e Apoio (considerando a doutrina do exército dos EUA) ” (Santos, 2007,p.235).

No intento de clarificar o conceito de FND, deparamo-nos com a inexistência de uma definição oficial, pelo que optámos por traçar a nossa própria definição e enquadrá-la no âmbito da nossa investigação. Assim sendo, no âmbito deste trabalho, entendemos como FND uma unidade militar devidamente comandada, treinada, equipada e enquadrada, que cumpre uma missão no exterior do território nacional, no âmbito da satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

#### 2.1.1. Enquadramento Histórico

“As mudanças que tiveram lugar no sistema internacional desde 1991 levaram os estados democráticos ao desempenho de novos papéis nas relações internacionais, designadamente, através do emprego de contingentes militares” (Leandro, 2002, p.317).

Enquadrado neste contexto, Portugal tem vindo a participar ativamente em Missões Humanitárias e de Paz (MHP), sendo necessário recuar aos finais da década de oitenta para encontrar a primeira presença<sup>2</sup> nacional na *UNTAG*<sup>3</sup>, onde cooperaram três oficiais do Exército Português na supervisão do processo eleitoral. Esta participação foi seguida da Operação das Nações Unidas em Moçambique (*UNMOZ*)<sup>4</sup>, entre abril de 1993 e dezembro

---

<sup>2</sup> Esta é a primeira participação nacional em MHP após o conflito ultramarino, já que a génese da participação nacional remonta ao ano de 1958, com a *UNOGIL (United Nation Observer Group in Lebanon)*.

<sup>3</sup> UNTAG – United Nations Transition Assistance Group;

<sup>4</sup> UNMOZ – United Nations Operation in Mozambique;

---

de 1994, na qual o Exército Português contribuiu com um Batalhão de Transmissões e com observadores militares.

A partir desta data, o Exército atingiu uma absoluta integração neste tipo operações militares, edificando um longo historial de participação materializado com a presença em cerca de sessenta e quatro MHP dispersas por vinte e três TO<sup>5</sup> e dois países adjacentes a TO<sup>6</sup>. Ao longo da sua colaboração em MHP ao abrigo das diversas OI, o Exército Português empenhou um efetivo total de vinte mil quinhentos e vinte e um militares (RCMA/GabCEME, 2012).

### 2.1.2. Forças Nacionais Destacadas – O Conceito

O historial de participação nacional em missões no exterior tem-se concretizado em diferentes moldes, através de militares inseridos em unidades constituídas (como por exemplo, o AgrBravo na *KFOR*<sup>7</sup>), de observadores militares (como por exemplo, os três oficiais que integraram a *UNTAG*) ou ainda de elementos em funções de Estado-Maior (como os militares que integraram o Quartel-General (QG) da *AFOR*<sup>8</sup>).

Importa distinguir a participação de carácter individual (observadores militares e elementos em funções de Estado-Maior) da participação de unidades constituídas que atuam como uma “Força”<sup>9</sup>. Assim, usámos o termo FND unicamente para nos referirmos às unidades constituídas, definindo-o de acordo com aquilo que tem sido a experiência nacional<sup>10</sup> nas últimas duas décadas: uma FND é uma unidade militar devidamente comandada, treinada, equipada e enquadrada que cumpre uma missão no exterior do território nacional, no âmbito da satisfação dos compromissos internacionais assumidos por Portugal; a sua constituição é normalmente *mission tailored*, ou seja, é orientada para a missão de forma a respeitar as *Combined Joint Statement of Requirements (CJSOR)*.

É estabelecido um Encargo Operacional de Pessoal (EOP) e um Encargo Operacional de Material (EOM), com base numa unidade constituída do Sistema de Forças

<sup>5</sup> Bósnia e Herzegovina, Timor-Leste, Angola, Kosovo, Moçambique, Ex-Jugoslávia, Congo, Guiné-Bissau, Macedónia, Saara Ocidental, Albânia, Afeganistão, Líbano, Croácia, Namíbia, Costa do Marfim, Libéria, Burundi, Iraque, Sudão, Chade, Etiópia, Paquistão;

<sup>6</sup> África do Sul e Austrália;

<sup>7</sup> KFOR – Kosovo Force;

<sup>8</sup> AFOR – Albania Force;

<sup>9</sup> “Força” – “Um conjunto de militares, sistemas de armas, equipamento, ou a combinação destes” (JP, 2006,p.210).

<sup>10</sup> Ver Anexo A – Histórico das FND nas MHP.

Nacional (SFN) que pode ser ajustada com módulos, para satisfazer as *CJSOR*. Um exemplo deste *tailoring* é o caso das Companhias de Comandos (CCmds) no Afeganistão que incluíam um *TACP*<sup>11</sup> da Força Aérea Portuguesa (FAP), apesar de, em situações normais, este não estar previsto no quadro orgânico (QO) das CCmds.

No que diz respeito ao seu modo de emprego, as FND possuem algumas particularidades, como o facto de atravessarem três períodos distintos: o aprontamento, a condução da operação e por fim a desactivação/fim de missão (Leandro,2001).

## 2.2. North Atlantic Treaty Organization (NATO)

Com o fim da Guerra Fria e com o desaparecimento da ameaça de um ataque militar direto, a NATO teve de assumir uma nova postura orientada para as CRO, que lhe permitiu fazer face, nomeadamente, à instabilidade nos Balcãs. Com o surgimento de um novo espectro de operações<sup>12</sup>, a NATO tem estado concentrada num esforço de transformação tendente ao desenvolvimento de novas capacidades e processos, que culminam num conjunto de reformas, iniciativas e programas para rever atividades e procedimentos de trabalho, estando mais voltadas para a manutenção de paz.

A agenda da Aliança é focada essencialmente para Operações e na Transformação, introduzindo programas de Parceria para a Paz (Leitão, Freitas & Costa, 2009).

Enquanto aliança, o objetivo da NATO "...é o de salvaguardar da liberdade e segurança de todos os seus membros, através de meios políticos e militares, em conformidade com os princípios da carta das Nações Unidas. Apelando-se em valores comuns da democracia, de respeito pelos direitos do homem em primazia do direito, a Aliança empenha-se desde a sua criação em instaurar uma ordem pacífica, justa e duradoura na Europa"(NATO *The Alliance's New Strategic Concept*, 2005).

A NATO redefiniu as tarefas e responsabilidades "para além da defesa coletiva"<sup>13</sup> dos seus estados membros, passou a sentir a necessidade de garantir a paz e a estabilidade na área do Euro-Atlântico" (Leitão, Freitas & Costa, 2009). Como reflexo desta mudança de ambiente, foi aprovado em Washington, em 1999, a alteração do conceito estratégico de Aliança, onde foram consideradas as ameaças por estados falhados, a proliferação de

---

<sup>11</sup> TACP - Tactical Air Control Party;

<sup>12</sup> Ver Anexo B, Espectro das operações Militares.

<sup>13</sup> Ver Anexo C, Artigo 5º Defesa Coletiva.

Armas de Destruição Maciça (ADM) e outras ameaças transnacionais tais como disputas étnicas ou religiosas (Leitão Freitas & Costa 2009).

Neste contexto, a NATO adaptou-se inteiramente reformulando estruturas e capacidades militares, assumindo outras tarefas, como a gestão de crises, as Operações de Apoio à Paz (OAP), para além de continuar a assegurar as responsabilidades de defesa coletiva (Leitão, Freitas & Costa, 2009)

O novo conceito estratégico, aprovado em Lisboa em novembro de 2010, veio atualizar os objetivos e a missão da NATO, mantendo o princípio de defesa coletiva (artigo 5º) e o compromisso com a prevenção de crises, gestão de conflitos, estabilização pós-conflito, trabalhando mais perto com a ONU e a UE. Neste novo século a NATO mantém a sua política de porta aberta a futuros membros e mostra abertura para trabalhar com parceiros de todo mundo. No novo conceito estratégico a NATO permanece numa aliança nuclear enquanto existirem armas nucleares (*Strategic Concept NATO 2010*).

Ao investigarmos as missões dos Oficiais de Artilharia portugueses no exterior, não podemos, de forma alguma, deixar de considerar a participação assídua do Exército na *NATO Response Force (NRF)* e nos *Battle Group (BG)*. Estas forças assumem-se cada vez mais como um catalisador de mudança no que respeita à intervenção em conflitos, possuindo uma capacidade de projeção para missões em TO exteriores à Europa, o que constitui um desafio para o Exército.

Embora a disponibilização de unidades do SFN<sup>14</sup> do Exército para integrarem a *NRF* e os *BG* não seja exatamente igual àquela que integra as FND em MHP, pode facilmente ser estabelecido um paralelismo entre estas participações, o qual é reconhecido pela própria legislação<sup>15</sup> que enquadra ambas as tipologias de missão. O facto de estas unidades serem submetidas a um período intenso de treino operacional que é precedido de um exercício de certificação internacional e do conseqüente período de *stand by* (sendo consideradas *Earmarked*<sup>16</sup> durante este período), reforça esse paralelismo.

Ao considerarmos o conceito de FND anteriormente definido, verifica-se que as unidades que integram a *NRF* e os *BG* não correspondem ao termo FND no seu sentido restrito. No entanto, podem ser enquadradas no seu sentido lato.

---

<sup>14</sup> Sistema de Forças Nacional.

<sup>15</sup> Diretiva nº23/CEME/08.

<sup>16</sup> Forças que as nações concordam colocar sob comando ou controlo operacional, em data futura, de um Comando OTAN (Baptista, 2008).

Neste trabalho de investigação aplicada, a pesquisa será direcionada de forma a identificar e analisar as funções desempenhadas por Oficiais de Artilharia nos cargos inerentes às missões no exterior, no âmbito das FND.

### **2.3. Os Conceitos de NATO *Response Force* e de *Battle Groups***

Sem pretender efetuar uma reflexão exaustiva acerca dos conceitos de *NRF* e de *BG*, naturalmente fora do âmbito deste TIA, importa esclarecer qual a missão, organização e constituição destas estruturas militares. O objetivo desta breve abordagem aos dois conceitos é alcançar uma base sólida para a nossa investigação.

#### **2.3.1. A NATO *Response Force* – NRF**

A Aliança Atlântica criou uma força conjunta e combinada<sup>17</sup>, caracterizada pela sua elevada prontidão – a *NATO Response Force*<sup>18</sup> (*NRF*). Com um efetivo de 25.000 militares, a *NRF* é capaz de ser destacada após uma decisão política, sendo autossustentável por um período de 30 dias. As várias componentes da *NRF* encontram-se em *stand by* nos seus países de origem, estando preparadas para serem destacadas para a Área de Operações (AOp) se for necessário.

A *NRF* atingiu a sua capacidade operacional plena em outubro de 2006 e, atualmente, abrange um largo espectro de missões e o seu emprego é efetuado pelo *North Atlantic Council* (NAC). Como única força presente no TO, pode efetuar (NATO, 2007):

- Operações de Evacuação de Não-Combatentes;
- Apoio à gestão de consequências<sup>19</sup>;
- Operações de Resposta a Crises;
- Apoio de Operações de Contra Terrorismo;
- Operações de Embargo;

---

<sup>17</sup> Força multinacional que inclui unidades do Exército, Marinha e Força Aérea, oriundas de várias nações.

<sup>18</sup> Ver Anexo D - Estrutura da *NRF*.

<sup>19</sup> Em caso de incidentes NRBQ (Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico), ou em situações de crise humanitária (NATO, 2007).

- Atuar como Initial Entry Force, facilitando a chegada das Follow-on Forces numa AOp conjunta, com ou sem o apoio da nação hospedeira.

A constituição da *NRF* baseia-se no catálogo de forças *CJSOR*. Porém, devido ao facto de se verificarem constantemente lacunas (denominadas “*shortfalls*”) no seu preenchimento (nomeadamente nas valências mais críticas, como os helicópteros), é provável que se evolua da conferência de geração de forças para a geração de forças baseada numa *Framework Nation (FwN)*. Este conceito prevê que uma determinada nação se constitua como “espinha dorsal” da *NRF*, disponibilizando as valências mais críticas e impedindo que existam lacunas na geração de forças. Desta forma, a *NRF* é organizada em módulos vinculados a um determinado nível de participação das nações intervenientes (Baptista, 2007):

- Nível A – A *FwN* garante a totalidade do módulo (UEB, UEC), só poderá existir outra nação, no caso de afiliações permanentes como por exemplo, o caso da Brigada Franco-Alemã;
- Nível B – A *FwN* garante 50% do módulo, a participação de outras nações (entre duas e quatro) nesse módulo é possível;
- Nível C – A *FwN* é responsável por um 25% do módulo;
- Nível D – O módulo pode ser provido por outra nação que o disponibilize;

### 2.3.2. Os *Battle Groups*

O conceito de *BG* surge no âmbito da EU, referindo-se a uma Força Tarefa de resposta rápida constituída por um efetivo de 1.500 militares. Neste contexto, o *BG* assume-se como “*um pacote de forças minimamente eficaz, credível, projetável e coerente, capaz de garantir o cumprimento de operações de forma isolada ou fases iniciais de operações de maior envergadura (...)*”<sup>20</sup> (EU, 2006,p.1).

A constituição<sup>21</sup> do *BG* baseia-se num documento denominado *BG Concept*, que prevê uma UEB de manobra, reforçada com meios dimensionados de Apoio de Combate e de Apoio de Serviços. Esta constituição assenta no princípio da multinacionalidade através da constituição de um *FwN* ou de uma coligação de Estados-Membros. Cada *BG* deverá ter

<sup>20</sup> Tradução Livre;

<sup>21</sup> Ver Anexo E - Estrutura de um *Battle Group*.

associado um Comando de Força e capacidades operacionais e estratégicas pré-identificadas, como, por exemplo, o transporte estratégico (EU, 2006).

Os níveis de ambição estabelecidos no “*Headline Goals 2010*” preveem a capacidade da UE empreender dois *BG* em simultâneo, em áreas geográficas distintas, no ano de 2010. Quanto às missões atribuídas a um *BG*, este deve estar apto a desenvolver as seguintes tarefas (Lindstrom, 2007):

- Separação das Partes em Conflito;
- Prevenção de Conflitos;
- Estabilização, Reconstrução e Consultoria Militar a Países Terceiros;
- Evacuação de Não-Combatentes;
- Assistência a Operações Humanitárias.

No que diz respeito à geração da força, a iniciativa parte dos países-membros que propõem à UE a criação de um *BG*. Desta forma, a nação que se assume como *FwN* tem o ónus de edificação, ou seja, deve disponibilizar todas as unidades que não consegue angariar junto das restantes nações que compõem o *BG*.

Assiste-se, nesta fase, a um constante processo de negociações com uma forte componente política, pois as nações tendem a disponibilizar unidades que lhes proporcionem visibilidade (“*Show the Flag*”), como é o caso das unidades de Operações Especiais. Uma vez terminadas as negociações, a *FwN* apresenta à UE uma organização específica do *BG* com a indicação dos países membros que para ele contribuem, de maneira a atingir o princípio da multinacionalidade. O modelo apresentado deve exibir as capacidades do *BG*, e o período de tempo que essa força está disponível para ser empregue em operações (normalmente seis meses).

#### **2.4. Organização das Nações Unidas (ONU)**

A ONU foi fundada a 24 de julho de outubro de 1945, nos Estados Unidos da América, mais propriamente na cidade de São Francisco do Estado da Califórnia. A ONU é uma organização constituída por governos da maioria dos países do mundo. É uma organização internacional, cujo objetivo principal é criar e colocar em prática mecanismos que possibilitem a segurança internacional, desenvolvimento económico, definição de leis internacionais que dizem respeito aos direitos humanos e o progresso social. Esta foi

fundada logo após a 2ª Guerra Mundial e contava inicialmente logo com a participação de 51 nações. Ainda no ambiente pós-guerra da segunda Guerra Mundial, a ONU procurou desenvolver mecanismos para evitar um novo conflito armado mundial. Hoje em dia são 193 os países membros desta organização, em que 5 destes países<sup>22</sup> fazem parte do Conselho de Segurança e detêm o poder de veto sobre qualquer resolução da ONU.

A sua sede principal situa-se na cidade de Nova Iorque e os representantes definem, através de reuniões constantes, leis e projetos sobre temas políticos, administrativos e diplomáticos internacionais.

A Carta das Nações Unidas exprime os principais objetivos da ONU que são os seguintes:

- Defesa dos direitos fundamentais do ser Humano;
- Garantir a paz mundial, colocando-se contra qualquer tipo de conflito armado;
- Busca de mecanismos que promovam o progresso social das nações;
- Criação de condições que mantenham a justiça e o direito internacional;

## 2.5. Operações de Resposta a Crises

De acordo com a delimitação do tema, que cinge o estudo à participação nacional em missões no âmbito da UE, NATO e ONU, torna-se fundamental distinguir as operações previstas no conceito estratégico da NATO. Estas abrangem um vasto espectro<sup>23</sup> podendo ser operações com base no artigo 5º<sup>24</sup> (referentes ao Tratado do Atlântico Norte<sup>25</sup>), ou operações de Não-Artigo 5º, normalmente designadas por *CRO*.

A participação das FND em missões da NATO efetuou-se sempre no âmbito das *CRO*, razão pela qual se aborda a participação nacional apenas neste domínio. Este facto, porém, não inviabiliza que as FND não possam vir a ser empregues em missões de carácter mais robusto, como por exemplo operações ao abrigo do Artigo 5º da Aliança Atlântica.

<sup>22</sup> Estados Unidos da América, China, Rússia, Reino Unido e França.

<sup>23</sup> Ver Apêndice B - Espectro das Operações;

<sup>24</sup> Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte - “ (...) *As Partes concordam que um ataque armado contra um ou vários países membros, na Europa ou nos EUA será considerado um ataque contra todos, e, consequentemente, concordam que, se tal ataque armado se verificar, cada um, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes atacadas (...) incluindo o uso da força (...)*” (NATO, 1949).

<sup>25</sup> O Tratado Atlântico Norte foi assinado em 4 de Abril de 1949, e estabelecido ao abrigo do artigo 51º da Carta das Nações Unidas, o qual reafirma o direito inerente dos Estados Independentes, à defesa individual ou colectiva.

O atual sistema internacional marcado pela eclosão de focos de tensão e de conflitos regionais, com base em nacionalismos e diferenças étnicas, culturais e religiosas, possibilitou o aparecimento de uma ameaça multifacetada, imprevisível e transnacional. O advento desta ameaça levou os Estados ao desenvolvimento de mecanismos coletivos para a satisfação de necessidades de segurança conjuntas, evitando o escalar da violência a nível mundial e promovendo a estabilidade internacional.

Neste contexto, a Aliança Atlântica tem-se assumido como catalisadora na prevenção e resolução de crises, procedendo à atualização e desenvolvimento da doutrina de emprego das FA, permitindo que estas sejam empregues neste tipo de operações (EME, 2005). Perante este cenário, as *CRO* surgem como “ (...) operações multifuncionais que abrangem atividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e a gestão de crises (...)” (EME, 2005, 14-2).

A tipologia das *CRO* compreende um vasto leque de operações, as quais incluem um conjunto de diversas tarefas a serem desempenhadas em tempo de paz ou de crise. Estas regem-se por um aglomerado de princípios<sup>26</sup>, que têm como objetivo estabelecer uma uniformidade de comportamentos entre as entidades intervenientes neste tipo de operações. As *CRO* organizam-se da seguinte forma (EME, 2005):

### **1. Operações de Apoio à Paz (*Peace Support Operations - PSO*)**

- Manutenção de Paz (*Peace Keeping - PK*);
- Imposição de Paz (*Peace Enforcement - PE*);
- Prevenção de Conflitos (*Conflict Prevention - CP*);
- Restabelecimento de Paz (*Peacemaking - PM*);
- Consolidação da Paz (*Peace Building - PB*);
- Operações Humanitárias (*Humanitarian Operations - HO*).

### **2. Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises**

- Apoio às Operações Humanitárias.
  - Assistência a Deslocados e Refugiados;
  - Operações Humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- Apoio a Assistência a Desastres;
- Busca e Salvamento (*Search and Rescue - SAR*);
- Apoio a Operações de Evacuação de Não-Combatentes;

---

<sup>26</sup> Ver Anexo F - Princípios das Operações de Resposta a Crises.

- Operações de Extração;
- Apoio às Autoridades Cíveis;
- Imposição de Sanções e Embargos.

## Capítulo 3 – Teatro de Operações de Timor-Leste

### 3.1 O Conflito em Timor-Leste

Em 1945, a Indonésia proclamou a independência, e como se pretendia herdeira do império holandês das Índias Orientais na sua integridade, não reivindicou Timor Leste. Com isto, alguns dos descontentes com a administração portuguesa viravam-se para a Indonésia, no entanto o seu número sempre foi bastante restrito. Apesar da pobreza do território, mantinha-se de uma maneira geral, o equilíbrio da sociedade tradicional, pouco abalada por uma colonização rudimentar. Por sua Resolução de 14 de Dezembro de 1960<sup>27</sup>, o Conselho de Segurança das Nações Unidas considerava Timor Leste como um território não autónomo, com direito à autodeterminação (ONU, 2004).

Portugal como potência administrante responsabilizou-se perante a comunidade internacional em prestar informações pedagógicas sobre o território até que este atingisse a autonomia plena. No entanto nesse mesmo ano, em 1975, começou a agitação no território em que tiveram lugar diversas conversações que deram origem a um programa de descolonização. Contudo, este processo não decorreu de forma a evitar que eclodissem acontecimentos graves que culminaram numa guerra civil. Os partidos políticos que entretanto se formaram não consolidaram a sua posição, e a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN), ideologicamente contrária ao Estado da Indonésia, declarou unilateralmente a independência a Timor Leste em 28 de novembro desse mesmo ano. No final desse ano a Indonésia lançou uma operação militar anfíbia contra Timor Leste. Em julho de 1976 o parlamento indonésio aprovou a integração de Timor Leste como a província da República da Indonésia. As autoridades indonésias procuravam concentrar a população em aldeamentos junto ao litoral ou a vias de comunicação, o que fez com que as estruturas sócias se desorganizem (Azevedo, Calmeiro, 2004).

No exterior, os nacionalistas timorenses mantinham uma intensa atividade diplomática, apoiados pela igreja<sup>28</sup> que teve um forte impacto sobre a opinião pública mundial com os acontecimentos de 12 de novembro de 1991 no cemitério de Santa Cruz, em Dili. Houve uma constante e ativa atividade diplomática portuguesa que culminaram

---

<sup>27</sup> Security Council – Mission Reports, consultado em 19 Mar. 2013 e disponível em <http://www.un.org>

<sup>28</sup> Representada pelo administrador apostólico da diocese de Dili, Monsenhor Martinho da Costa Lopes.

com a reversão da consciência internacional, materializado pela atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao dirigente político José Ramos Horta, «ministro dos estrangeiros» da resistência timorense. (Idem)

Em 1999, com a queda da presidência do presidente *Suharto* da Indonésia, foi então possível a organização de um referendo Timor Leste, através do qual o povo pôde escolher livremente o seu próprio destino. Após um complexo processo de negociações diplomáticas, Portugal e a Indonésia concluíram em Nova Iorque três acordos que permitiram que os timorenses fossem finalmente consultados sobre o futuro do seu território: autonomia no seio da Indonésia ou independência. Nos termos desses acordos e com a interpretação que lhes foi dada pelas partes, pelo Secretário-Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, decorreriam três fases antes da transição para a independência. A primeira fase decorria até á consulta popular. A segunda fase dizia respeito à revogação do ato de anexação pelo parlamento indonésio – a Indonésia continuaria responsável pela manutenção de paz e segurança do território. Durante a terceira fase Portugal e Indonésia comprometiam-se a transferir os destinos de Timor Leste até á independência ser declarada. As Nações Unidas através da “*United Nation Assistance Mission in East Timor*” (UNAMET), assumiram a responsabilidade da organização da consulta popular e também pela avaliação dos resultados. (Ibidem)

### **3.2 A Participação Nacional em Timor-Leste**

Relativamente a este TO, as forças militares portuguesas enviadas foram integradas na UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor), sob mandato da Organização das Nações Unidas.

Para identificar a tipologia das funções desempenhadas neste teatro, recorreremos às entrevistas realizadas a artilheiros portugueses que estiveram presentes neste TO. Neste contexto pudemos contar com a experiencia do Tenente-Coronel de Artilharia (TCOR ART) Marquês de Sousa e do Major de Artilharia (MAJ ART) Luís Sardinha.

Segundo o TCOR ART Marquês de Sousa, a missão da ONU em Timor teve início em setembro de 1999, após a missão da INTERFET<sup>29</sup> (International Force in East Timor). A ONU estabeleceu então a UNTAET sendo esta representada pelo Governo e

---

<sup>29</sup> Ver anexo G – Organização da UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor)

Administração Pública (GPA – Governance and Public Administration), a ajuda Humanitária e Assistência de Emergência (HAER – Humanitarian Assistance and Emergency Relief) e pela Força Militar de Manutenção de Paz (PKF – Peace Keeping Force). Esta PKF<sup>30</sup> constituía a componente militar da UNTEAT e teve como missão conduzir Operações de Segurança de acordo com o mandato nº 1272 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e proteger e apoiar os outros componentes da UNTAET com o objetivo de estabelecer um ambiente de Paz e Segurança, possibilitando a organização política, social e económica em Timor – Leste. (Sousa, 2001).

O TCOR ART Marquês de Sousa, na época Capitão de Artilharia (CAP ART) foi Adjunto do Oficial de Operações do Comando do Sector Central da PKF (Peace Keeping Force da UNTAET) que constituía o comando do sector português na ilha de Timor-Leste.

Relativamente a meios humanos e materiais, estes foram adequados e suficientes para o cumprimento da missão, dispondo a célula de Operações de bons meios comunicação, quer dentro do TO quer para Portugal, bem como um eficaz sistema de intranet das Nações Unidas. Esta célula de operações era constituída dois oficiais do Exército (1 Major + 1 Capitão) e um Sargento Fuzileiro, que dispunham de todos os meios adequados para o cumprimento das suas missões, embora as instalações (alojamentos) carecessem de trabalhos de requalificação.

Quanto ao ambiente operacional, foi salientada a necessidade das forças militares manterem um estreito contato com a população, nomeadamente através de ações de apoio social, com o objetivo de obter a sua confiança, garantir a sua proteção e obter informações. Neste tipo de operações as informações adquirem especial importância face ao carácter clandestino das milícias, pela sua forma de atuar e pelo facto de se encontrarem inseridos no seio da população, tornando necessário um conhecimento profundo do meio, da população e do terreno. Esta situação foi parcialmente mitigada pela relativa eficácia do apoio aéreo, sendo fácil solicitar um helicóptero para reconhecimentos, buscas, etc.

No que respeita ao meio físico, as maiores dificuldades encontradas consistiram nas elevadas temperaturas, más condições da rede rodoviária e acentuado relevo na zona central da ilha.

Ao nível operacional as principais dificuldades residiam, numa fase inicial, na ameaça das milícias que teimavam em resistir no seu objetivo de recuperar Timor para a Indonésia e que tentavam aterrorizar as populações (que tinham votado e decidido serem

---

<sup>30</sup> Ver anexo H – Organização da Força de Manutenção de Paz (PKF)

independentes) e procuravam afastar a ONU do território, tendo assassinado seis elementos do comissariado para os refugiados (UNHCR – United Commissioner for Refugees) e dois militares da Nova Zelândia alguns dias antes de iniciar a “Operação Cobra”, em Agosto de 2000. Esta operação destinou-se especificamente a “limpar” a zona sul do nosso sector, afastando as milícias que tinham o apoio clandestino de alguns generais indonésios e no âmbito dessa missão. Em setembro de 2000, houve combates diretos entre forças portuguesas e grupos de milícias. Também ao nível operacional foi difícil a comunicação devido ao facto dos militares estrangeiros não saberem falar as línguas locais (Tetun, o dialecto tradicional ou a língua Bahasa, indonésia).

De acordo com a entrevista realizada, e no âmbito da função que desempenhou no TO de Timor-Leste, verifica-se que a motivação consitiu um factor de relevo, pelo facto de ser responsável pelo sector mais importante, zona central, que incluía a cidade de Díli, uma das cidades mais problemáticas do TO, tornando-se assim um desafio a superar.

Por sua vez, o MAJ ART Luís Sardinha desempenhou as funções de Comandante do Módulo de Ligação e Vigilância do Campo de Batalha. Para além de ser Oficial de Ligação do Batalhão no 1ºBIMec, trabalhava igualmente para as informações no âmbito da proteção da força.

No que respeita a meios humanos e materiais necessários para o cumprimento da missão, o módulo era constituído por um oficial, dois sargentos e duas praças, sendo mais tarde reforçado por um oficial, formando assim duas equipas de três elementos. O módulo dispunha de boas comunicações bem como dos meios informáticos necessários para o cumprimento da minha missão.

As principais dificuldades que encontrou no TO de Timor-Leste residiram na passagem do testemunho, ou seja, na adaptação às novas tarefas e na dificuldade em colocar-se a par de tudo o que se passava. Sentiu ainda inicialmente alguma limitações em estabelecer contatos no âmbito do UMINT e familiarizar-se com os mesmos, pois tinha que ganhar confiança para que a recolha de informação fosse mais fluida. A nível do meio físico, as dificuldades mais sentidas foram as condições meteorológicas e o terreno.

### 3.3 Síntese Conclusiva

Relativamente a este TO, as forças militares portuguesas enviadas foram integradas em missões da Organização das Nações Unidas em Timor-Leste – UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor). A tipologia de funções estava relacionada com a Ajuda Humanitária e Assistência de Emergência, assegurada pela Força Militar de Manutenção de Paz, aliada com as atividades na área das informações. Era assim importante manter um estreito contacto com a população com o objetivo de obter a sua confiança, garantir a sua proteção e obter informações, em especial se atendermos ao carácter clandestino das milícias.

Considerando a informação recolhida, podemos dar resposta à QD1: “Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no TO de Timor-Leste?”.

As funções desempenhadas pelos Oficiais de Artilharia, apuradas nas entrevistas, foram as de Adjunto do Oficial de Operações do Comando do Sector Central da PKF, desempenhada pelo TCOR ART Marquês de Sousa, e de Comandante do Módulo de Ligação e Vigilância do Campo de Batalha, desempenhada pelo MAJ ART Luís Sardinha. Releva-se que, em ambos os casos, a motivação constituiu um factor digno de relevo.

## Capítulo 4 - Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina

### 4.1 O Conflito na Bósnia Herzegovina

A Ex-Federação da Jugoslávia foi até 1990 constituída pelas Repúblicas da Croácia, Sérvia, Eslovénia, Bósnia, Macedónia e Montenegro. Em 1991, a Eslovénia e a Croácia efetivaram o seu desejo de abandonar a Federação da Jugoslávia e a situação tornou-se insustentável quando 94% dos eleitores na Croácia aprovaram em referendo a independência, que foi proclamada em 25 de junho de 1991. No mesmo dia, a Eslovénia declarava a independência, o que originou a guerra com a intervenção do Exército do Povo Jugoslavo em resposta às tomadas de posição da Eslovénia e da Croácia.

Em 29 de fevereiro de 1992 era realizado um referendo na Bósnia e Herzegovina, tendo a maioria (muçulmanos e croatas) obtido um resultado de 99% a favor da independência. Com este resultado também a Bósnia e Herzegovina se viria a tornar independente no dia 3 de março de 1992, sendo reconhecida pela Comunidade Europeia três dias depois.

Em maio de 1992, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), através da *UNSCR*<sup>31</sup> 752, exigia o fim dos combates na Bósnia e Herzegovina entre sérvios, croatas e muçulmanos, aprovando o envio da *UNPROFOR*<sup>32</sup> para esta região.

Acompanhando as restantes repúblicas, também a Macedónia declarou a sua independência no dia 8 de abril de 1993.

A *UNPROFOR*, sob os auspícios da ONU, não conseguiu controlar a crise existente nos Balcãs, obrigando a NATO a intervir por diversas vezes para fazer respeitar a zona de exclusão do espaço aéreo<sup>33</sup> imposta sobre a Bósnia e Herzegovina ao abrigo da *UNSCR* 781. Apesar das sanções impostas pela ONU, a situação agravou-se e assistiu-se mesmo a uma escalada da violência, o que obrigou a NATO a elaborar planos de emergência para apoiar uma eventual retirada das tropas da ONU da Bósnia e Herzegovina. Assiste-se a um intenso debate político para alcançar uma solução, porém as partes envolvidas tardavam a chegar a um acordo, enquanto que no terreno a NATO intensificava os *raids* e os

---

<sup>31</sup> UNSCR - United Nations Security Council Resolution;

<sup>32</sup> UNPROFOR - United Nations Protection Force;

<sup>33</sup> “No-Fly Zones” ;

bombardamentos aéreos em resposta aos ataques aéreos sérvios na zona de exclusão do espaço aéreo estabelecida pela Aliança.

Finalmente, no dia 5 de outubro de 1995, era assinado um acordo geral de cessar-fogo proposto pelos Estados Unidos da América (EUA), sendo aceite por todas as partes beligerantes iniciando-se as negociações de paz.

O Acordo de Paz de *Dayton*<sup>34</sup> veio consolidar o acordo geral de cessar-fogo, constituindo-se como o término de uma guerra que durou cerca de três anos e meio e provocou centenas de milhares de mortos. Ao abrigo deste acordo, foram estabelecidas duas entidades no território da Bósnia e Herzegovina: a República Sérvia da Bósnia e a Federação Croata Muçulmana. Estas duas entidades encontravam-se separadas por uma linha (*IEBL*)<sup>35</sup>, sobre a qual foi criada uma área de segurança materializada no terreno por uma faixa de dez quilómetros, designada por zona de separação (*ZOS*)<sup>36</sup> (Saraiva, 2008).

A *IFOR* intervém no território da Bósnia e Herzegovina ao abrigo da UNSCR 1031, com a missão<sup>37</sup> de fiscalizar e impor o cumprimento do Acordo de Paz de *Dayton*. A estrutura de comando da *IFOR*<sup>38</sup> era composta por três divisões lideradas pela França, Reino Unido e EUA.

#### 4.2. A Participação Nacional na Bósnia e Herzegovina

Com base nas entrevistas realizadas, iremos identificar e analisar as funções relativas à participação de artilheiros portugueses no TO da Bósnia e Herzegovina, nomeadamente no âmbito da EUFOR e da SFOR.

Neste TO os entrevistados desempenharam funções não específicas da Arma de Artilharia, embora estivessem presentes no TO unidades de Artilharia constituídas, oriundas de outros países da aliança.

Relativamente a este TO identificámos, de acordo com as entrevistas realizadas, as funções de Comandante de Pelotão de Morteiros Médios da Companhia de Apoio do 1ºBIPara/SFOR, desempenhadas pelo MAJ ART Carlos Prata (na altura Tenente) e de

---

<sup>34</sup>Ver Anexo J - O Acordo de Paz de Dayton.

<sup>35</sup>IEBL - Inter Entity Boundary Line;

<sup>36</sup>ZOS - Zone Of Separation;

<sup>37</sup>Ver Anexo I – Missão da IFOR em 1996.

<sup>38</sup>Ver Anexo I – Estrutura de Comando e Controlo da IFOR em 1996.

Oficial de Pessoal / Logística / Justiça no CampPRT / EUFOR LOT / EUFOR, desempenhada pelo MAJ ART Néilson Rego.

Segundo o MAJ ART Carlos Prata, a motivação constituiu um factor de relevo, uma vez que teve a oportunidade de desempenhar de funções de comando. O Pelotão de Morteiros que comandou era guarnecido por militares da Arma de Artilharia, oriundos do RA4, sedado em Leiria. os quais foram previamente sujeitos a formação específica na operação deste sistema de armas na fase do aprontamento.

Em sua opinião, a escassa participação de artilheiros em FND acarreta algum descontentamento e até desmotivação dos oficiais de Artilharia. A sua missão foi, comparativamente com as outras Armas e Serviços, cumprida com igual proficiência, o que indicia a competência profissional dos Oficiais de Artilharia no que respeita à sua participação neste tipo de missões.

As principais dificuldades sentidas residiram na adaptação ao TO da Bósnia e Herzegovina, que em 2001/2002 era ainda desconhecido por parte dos militares portugueses.

Para além de dispor dos meios necessários, chegou a fazer tiro de morteiros no TO da Bósnia e Herzegovina, o que foi bastante motivador face à nova experiência operacional adquirida. Executou igualmente patrulhas, quando empregue conjuntamente com as Companhias de Atiradores, tendo os artilheiros cumprido com igual proficiência, comparativamente com os seus antecessores de Infantaria ou Cavalaria, as missões, serviços e patrulhas que lhes foram imputados.

Outra perspectiva foi manifestada pelo MAJ ART Néilson Rego, que testemunhou a elevada experiência adquirida ao nível do Estado-Maior de uma Unidade. O desempenho de tarefas na área das informações e HUMINT foi igualmente bastante motivador, por se tratar de uma nova experiência.

Releva-se o facto de que as funções desempenhadas no TO da Bósnia e Herzegovina, por estes Oficiais de Artilharia, não são específicas da Arma de Artilharia, mas tradicionalmente desempenhadas por Oficiais de Infantaria, Cavalaria ou de qualquer Arma ou Serviço. Na maioria dos casos, a participação dos Artilheiros Portugueses verifica-se no âmbito das funções de Estado-Maior, *check points*, Centros de Relato e Controlo (CRC), patrulhas e segurança a determinadas áreas do TO, Serviço de Guarnição, Apoio de Serviços, entre outros.

Ambos dispuseram de meios humanos e materiais adequados para o cumprimento das suas missões.

#### 4.3. Síntese Conclusiva

Nos dias de hoje, o emprego de uma Unidade de Artilharia, na sua função específica de apoio de fogos, só se enquadra em cenários de combate, como são o caso do Líbano e Afeganistão.

Tal não invalida que a participação de Artilheiros portugueses em missões de FND, para além de possibilitarem a aquisição de novas experiências e aptidões, aos níveis pessoal e profissional, designadamente através do desempenho das mesmas funções normalmente atribuídas aos oficiais de manobra, constituam uma mais-valia para a Artilharia em particular e para o Exército Português em geral.

De acordo com as experiências estudadas, depreende-se que a participação de Artilheiros Portugueses em FND, em especial no que ao TO da Bósnia e Herzegovina, se centra no desempenho de funções de Estado-Maior ou de apoio às unidades de manobra, inseridos ou não nestas, nomeadamente através da execução de *check points* e patrulhas, guarnecendo Centros de Relato e Controlo (CRC) ou desempenhando tarefas no âmbito do Serviço de Guarnição e do Apoio de Serviços, entre outros.

.Considerando a informação recolhida, podemos dar resposta à QD2: “Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no TO da Bósnia e Herzegovina?”.

As funções identificadas foram as de Comandante de Pelotão de Morteiros Médios da Companhia de Apoio do 1ºBIPara/SFOR e de Oficial de Pessoal / Logística / Justiça no CampPRT / EUFOR LOT / EUFOR,

## Capítulo 5 – Teatro de Operações do Kosovo

### 5.1. O Conflito do Kosovo

Durante a última década, o Exército Português participou sucessivamente com FND na *KFOR*, exceção feita à interrupção ocorrida entre os anos de 2001 e 2004, devido à necessidade de envio de tropas para o TO de Timor-Leste.

À semelhança do conflito da Bósnia e Herzegovina, e antes da análise dos *study-case*, importa efetuar um breve enquadramento dos antecedentes que levaram à sua intervenção da NATO no território do Kosovo.

A província do Kosovo fica situada no Sul do território da República da Sérvia, possuindo uma população mista com maioria de etnia albanesa. Até 1989 a província beneficiou de um elevado grau de autonomia dentro do território da antiga Ex-Jugoslávia. No entanto, quando *Slobodan Milosevic*<sup>39</sup> subiu ao poder, a província perdeu a sua autonomia ficando sob o controlo direto de Belgrado, o que levou os albaneses residentes no Kosovo a oporem-se radicalmente a esta decisão.

Durante o ano de 1998, os confrontos entre as forças da Sérvia e os kosovares albaneses resultaram em mais de 1.500 mortos e 400.000 refugiados. A comunidade internacional manifestou preocupação relativamente à catástrofe humanitária e à permanente escalada do conflito, com a possibilidade de este se estender a países vizinhos.

A *UNSCR* 1199 exteriorizava uma profunda preocupação com o excessivo uso de força por parte das forças da Sérvia, apelando também ao cessar-fogo por ambas as partes do conflito e estabelecendo um limite máximo de forças sérvias no Kosovo. Ficou também acordado que a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) estabelecesse uma unidade de observação, a Missão de Verificação no Kosovo (*KVM*)<sup>40</sup>, para observar o cumprimento das diretivas do CSNU.

Apesar de todos os esforços, a situação no Kosovo agravou-se novamente após uma série de atos de provocação de ambas as partes. As forças militares e policiais sérvias intensificaram o uso da força nas suas operações contra os kosovares albaneses,

---

<sup>39</sup> Slobodan Milosevic foi presidente da República da Sérvia entre 1989 e 1997, e presidente da Jugoslávia entre 1997 e 2000. Em 2001, foi acusado pelo Tribunal Penal Internacional de Haia por crimes de guerra contra a humanidade e genocídio cometidos durante a guerra civil da Jugoslávia.

<sup>40</sup> KVM – Kosovo Verification Mission;

movimentando tropas e meios militares para a região num claro desrespeito à *UNSCR* 1199. Este facto fez com que a *KVM* se retirasse da região pois, para além de não poder cumprir a sua missão de observação, também enfrentava oposição das forças sérvias.

Face ao incumprimento da *UNSCR* 1199, no dia 23 de Março de 1999, a Aliança iniciou os ataques aéreos com a operação “*Allied Force*”. Esta campanha aérea de 77 dias terminou no dia 10 de junho de 1999, quando o Secretário-Geral da NATO, *Javier Solana*, anunciou suspender temporariamente as operações aéreas contra a Jugoslávia. Esta decisão foi tomada pelo *NAC* depois de atingido um consenso e de o Comandante Supremo Aliado da Europa (*SACEUR*) ter confirmado que as forças jugoslavas tinham iniciado a sua retirada do Kosovo. Esta retirada encontrava-se em conformidade com o Acordo Técnico Militar (*MTA*<sup>41</sup>).

No dia 10 de junho foi aprovada a *UNSCR* 1244 que congratulava a aceitação dos princípios sobre a solução política para a crise no Kosovo por parte da República Federal da Jugoslávia. A *UNSCR* 1244 incluía um fim imediato da violência e uma rápida retirada das suas forças militares, policiais e paramilitares do Kosovo. Com a adopção desta resolução, o *NAC* iniciou os preparativos para o envio rápido de uma força de segurança mandatada pelo CSNU (NATO, 2001).

A *KFOR*<sup>42</sup> entrou no Kosovo no dia 12 de junho de 1999, executando a Operação “*Joint Guardian*”<sup>43</sup> com uma força de carácter multinacional inicialmente constituída por cerca de 20.000 militares divididos entre 6 Brigadas (*MNB*<sup>44</sup>), lideradas respetivamente pela Alemanha, EUA, França, Itália e duas pelo Reino Unido. Estas brigadas foram implantadas territorialmente<sup>45</sup>, dando origem a 5 sectores sob o comando unificado do Comandante da *KFOR* (*COMKFOR*<sup>46</sup>) (NATO, 1999).

### 3.4 A Participação Nacional no Kosovo

No que toca à tipologia de funções, e tendo por base as entrevistas efetuadas, foram identificadas as seguintes funções: Comandante do Esquadrão de Reconhecimento (ERec)

<sup>41</sup> MTA – Military Technical Agreement;

<sup>42</sup> Ver Anexo K - Missão da *KFOR*;

<sup>43</sup> Nome de código da operação *KFOR*, conduzida pela OTAN na província sérvia do Kosovo, a partir de 10 de Junho de 1999 (NATO, 2009).

<sup>44</sup> MNB – Multinational Brigade;

<sup>45</sup> Ver Anexo K – Estrutura de C<sup>2</sup> da *KFOR*.

<sup>46</sup> COMKFOR – Commander *KFOR*;

do Agrupamento Delta da KFOR, desempenhada pelo TCOR ART Miguel Freire, e Adjunto das Informações do 3º Batalhão de Infantaria Paraquedista (3ºBIPara), desempenhada pelo MAJ ART Carlos Prata.

Segundo o TCOR CAV Miguel Freire, os níveis motivacionais foram elevados, uma vez que, no seu caso em particular, comandava uma unidade de manobra, mais concretamente um ERec.

Ao nível dos meios, a única alteração relevante, tendo por base os quadros orgânicos do ERec da Brigada Mecanizada (BrigMec), foi a substituição dos M113 e dos carros de combate pelas viaturas M11 e Chaimites, sendo mantida a organização base e a doutrina de emprego do ERec. Relativamente ao efetivo, este era constituído por cerca de uma centena de militares, em que 50% eram da unidade de origem. O restante efetivo, como por exemplo os condutores de VBTP e de M11, era proveniente de outras unidades, designadamente do Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) da BrigMec.

O ERec constituía uma das duas subunidades do Agrupamento Delta, que compreendia uma Companhia de Atiradores (CAAt), equipada com viaturas blindadas de rodas M11, Chaimite e V200 (Chaimite com morteiros) e uma segunda CAAt equipada com viaturas M113 e Iveco. O ERec compreendia organicamente três pelotões, dois de reconhecimento e um de morteiros pesados, os quais foram reorganizados para garantir que possuíssem as mesmas capacidades, podendo cumprir de igual modo as mesmas missões, independentemente da sua natureza.

Referiu ainda que o MAJ ART Luz Costa desempenhou as funções de 2º Comandante de Batalhão do Kosovo, o que indicia que, independentemente do seu desempenho, todos os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar funções de Estado-Maior, que normalmente são atribuídas a Oficiais de Infantaria ou Cavalaria.

NO entanto, dado que os Agrupamentos têm origem em Unidades de Escalão Batalhão, de Infantaria ou Cavalaria, é natural que os Oficiais de Operações e os Comandantes de Unidade das FND sejam oriundos dessas unidades de origem.

No que respeita às funções de Oficial de Operações, e dadas as suas responsabilidades no aprontamento, supervisão do treino e planeamento e execução no teatro, é natural que a escolha recaia sobre o oficial da unidade de origem, uma vez que é conhecedor dos seus homens e meios, bem como da tipologia de missões que poderão ser atribuídas à sua unidade.

Foi ainda referido que, embora a nomeação de Oficial de Operações de uma FND incida normalmente sobre oficiais habilitados com o Curso de Estado-Maior, tal não exclui a possibilidade de um Oficial de Artilharia, habilitado com o Curso Promoção Oficial Superior (CPOS), desempenhar estas funções. Como anteriormente referido, é natural que um Comandante escolha um Oficial de Operações da sua unidade, o que não obsta a que o Oficial de Operações possa ser um Oficial de Artilharia com reconhecimento e competência técnica.

Segundo o MAJ ART Carlos Prata, Adjunto das Informações do 3ºBIPara (e que mais tarde veio a assumir a função de Oficial de Informações do Batalhão, face à passagem à reserva do seu chefe direto), a função que lhe foi atribuída só tinha sido desempenhada por Oficiais de Infantaria, tratando-se pois de uma situação motivadora, uma vez que a sua nomeação indicia o reconhecimento das suas competências, em paridade com os oficiais das restantes Armas e Serviços. O facto de ter tido a oportunidade de trabalhar com uma Equipa de Operações Especiais, especializada na busca e pesquisa de informações, constituiu igualmente uma nova experiência e, uma vez mais, um fator motivador.

Relativamente aos meios humanos e materiais, os mesmos foram suficientes para o eficiente cumprimento da missão. A sua secção, tal como definida na ordem de batalha da missão, estava integralmente constituída, sendo ainda apoiada, como já vimos, por uma Equipa de Operações Especiais.

Quanto às dificuldades encontradas, o MAJ ART Prata destaca a adaptação ao TO do Kosovo, onde as “populações eram mais desconfiadas e arrogantes”. Por outro lado, a nível profissional, sentiu também algumas dificuldades no trabalho em equipa com os militares ingleses integrados na *KFOR*, cujos procedimentos e terminologia diferem dos adotados pelas forças nacionais, o que influenciou negativamente a realização de algumas operações conjuntas. No entanto, com o decorrer das operações, as dificuldades foram ultrapassadas, cumprindo deste modo a missão estabelecida.

### **3.5 Síntese Conclusiva**

Os Oficiais de Artilharia têm as condições para o desempenho das funções de Comandante e 2ºComandante, tendo como exemplo do MAJ ART Luz Costa, que foi o 2ºComandante de Batalhão no Kosovo. Independentemente do seu desempenho, todos os

oficiais de Artilharia têm igualmente condições para desempenhar as funções normalmente atribuídas a oficiais de Infantaria ou Cavalaria.

No caso específico das funções de Comandante de Unidade e Oficial de Operações, é normal estas recaírem nos militares das unidades de manobra de origem, uma vez que são conhecedores dos seus homens e meios. No entanto esta situação obsta a que o Oficial de Operações, por norma, possa ser um Oficial de Artilharia, independentemente do seu mérito e competência técnica.

Considerando a informação recolhida e apresentada, estamos em condições de dar resposta à QD3: “Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no TO do Kosovo?” As funções desempenhadas por artilheiros portugueses foram a de Comandante do ERec do Agrupamento Delta da KFOR e de Adjunto das Informações do 3ºBIPara.

## **Capítulo 6 - Participação dos Artilheiros Portugueses nas FND - Aspectos positivos e negativos**

### **6.1. O Futuro da Artilharia Portuguesa nas Forças Nacionais Destacadas**

No Seminário de Artilharia de Campanha, subordinada ao tema “Linhas para o futuro”, realizado em Queluz a 20 de junho do corrente ano, no Regimento de Artilharia Antiaérea nº1 (RAAA1), teve lugar o debate sobre a participação da Artilharia nas OAP.

Este tema não é novo, sendo a questão da participação da Artilharia em missões no exterior, no âmbito das FND, um assunto que tem vindo a ser objeto de debates nos últimos anos, quer no âmbito dos Seminários de Artilharia quer ainda em artigos militares, das quais naturalmente se destacam as declarações e artigos de opiniões emanados pelos Diretores Honorários da Arma de Artilharia, cujas orientações e diretivas constituem a posição institucional da Arma, e que importa assim considerar. De entre estes, destacamos os seguintes:

“As Operações de Apoio à Paz, solicitação prioritária, da atual conjuntura estratégica, têm um quadro de exigência diversificado e essa resposta tem sido dada de forma multidisciplinar, envolvendo em todos os Exércitos as suas unidades operacionais, que hoje têm de ter capacidade para, em simultâneo e em todo o espectro do conflito, desenvolverem as ações específicas da sua natureza operacional, ações de estabilização e ações humanitárias/CIMIC, em todo o Teatro de Operações que lhe for atribuído. Estas novas missões e correspondentes capacidades, devem ser encaradas como prioritárias e, na oportunidade mais conveniente, equacionar a participação de uma Unidade de Artilharia de Campanha, de escalão Grupo e também da Artilharia Antiaérea, de escalão Pelotão ou Bateria, nas NRF.

Também no quadro das FND, considera-se necessário ponderar a utilização que até agora tem acontecido com os quadros artilheiros, apenas ao nível de funções de Estado-Maior, de monotorização e de ligação, devendo essa prática ser ampliada para a utilização de unidades constituídas, incluídas na normal rotação dos agrupamentos que têm vindo a ser formados.” (Pinto Ramalho, 2006)

“A este propósito, julgo oportuno trazer aqui as principais conclusões do seminário que a Artilharia efetuou, este ano, no Regimento de Artilharia Antiaérea Nº 1, tendo como tema “A Artilharia nas Forças Expedicionárias”, no qual a participação de subunidades de Artilharia na NRF da NATO e nos BG da UE foi considerada de grande importância para a Arma, (...).

Os artilheiros manifestaram, também, a disponibilidade, capacidade e vontade de participarem, com unidades constituídas, na rotação normal dos agrupamentos em missões de manutenção da paz e humanitárias, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas. Esta participação representa uma mais-valia para o Exército, na medida em que aumenta as forças disponíveis para este tipo de missões e contribui para um nível de treino e de experiência operacional mais equitativo entre as Armas, com reflexos positivos na motivação do pessoal e no prestígio da Arma.” (Ferreira da Silva, 2007)

“...Já aqui referi, no ano passado, e reafirmo a disponibilidade e o interesse dos artilheiros em participarem, de forma mais igualitária com as outras Armas, nas missões internacionais, com o que isso representa para a sua valorização profissional. Estamos convencidos de que é possível e desejável uma participação mais equilibrada de unidades de Artilharia nas Operações de Apoio à Paz, designadamente como unidades de manobra de escalão superior a pelotão, o que além de constituir um importante estímulo para o pessoal, permitiria contribuir para um nível de treino e de experiência operacional mais equitativo entre as Armas e aumentar as Forças do Exército disponíveis para este tipo de operações.” (Ferreira da Silva, 2008)

“Por sua vez, uma regular participação das subunidades de Artilharia nas NRF da NATO e nos BG da EU constitui-se como um objetivo de grande significado para a Arma, quer pelo treino e experiência profissional que proporcionam, quer pelo fator indutor de modernidade que representa.

Nesse sentido, espera-se que a atual participação de uma Bateria de Artilharia de Campanha na NRF 14 não seja apenas uma experiência pontual, mas que, pelo contrário, possa assinalar o início duma nova responsabilidade para a Arma, contribuindo para o reforço do seu prestígio e para a realização profissional daqueles que participem no seu cumprimento.

De igual modo, não se poderá continuar a ignorar a disponibilidade, já há muito demonstrada pelos artilheiros, em participar, mais ativamente, nas missões humanitárias e de apoio à paz.” (Formeiro Monteiro, 2009)

“Por outro lado, o aprontamento e a projeção da 4ª Operational Mentor Liaison Team (OMLT) de Guarnição para o TO do Afeganistão, e a atual preparação de uma subunidade para um Battle Group da EU, com vista à respetiva prontidão no 2º semestre de 2011, terão marcado, finalmente, o início da contribuição das unidades da Arma para as formações militares internacionais, decorrentes das alianças de que Portugal faz parte, constituindo-se como um objetivo de grande significado pelo treino, experiência e motivação que proporcionam aos artilheiros, que nas mesmas tomam parte.

Assinale-se a importância da continuação deste quadro de missões, devendo aquelas participações ser ampliadas para uma utilização ao nível de unidades constituídas, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas, e a incluir na sua normal rotação das forças, no quadro do planeamento do Comando Operacional” (Formeiro Monteiro, 2010).

Nos dias de hoje a formação tende a servir objetivos cada vez mais polivalentes e adquirir mais experiência para o cumprimento das nossas missões.

A formação é sempre a base fundamental para a formação dos quadros tende a servir o objetivo de formar cada vez mais um perfil polivalente. Mas como em qualquer atividade, também na atividade militar é muito importante a experiência (Marquês de Sousa, 2013).

Para que no futuro haja mais participações de Oficiais de Artilharia nos TO no âmbito de FND deveríamos dar a oportunidade aos Oficiais de Artilharia de desempenhar um maior número de funções dado que estes também têm as capacidades de cumprimento das suas missões. “... mais liberdade aos seus militares para participarem nas missões porque as unidades de Artilharia não querem perder os seus oficiais. Dar condições para se frequentar cursos adequados à área, ou seja, cursos de ligação, cursos de informação, cursos ligados também à área do pessoal. Isto para terem mais bagagem para o desempenho das suas missões no estrangeiro (Sardinha, 2013).

A projeção de um maior número de forças constituídas para os TO seria desejável, daria resposta às expectativas dos artilheiros, não implicaria formação específica e permitiria a recolha de ensinamentos, conhecimentos, capacidades e prontidão. (Prata, 2013)

No Plano de Instrução de Treino Operacional do Exército (PITOP) encontra-se previsto que os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) do Exército, continuem participar em Operações de Paz, Operações de Resposta a Crises, Operações Humanitárias e em atividades de Cooperação Técnico-Militar, pelo que importa

manter e melhorar o treino orientado das unidades operacionais, para darem resposta à diversidade de missões que forem cometidas aos ECOSF.

Na continuidade do treino operacional executado em anos anteriores, o planeamento do treino operacional para 2013 contribui para garantir o treino de quadros, tropas e unidades, tendo como referência o nível de empenhamento operacional externo estabelecido: garantir de forma sustentada e continuada uma força de escalão Batalhão, em três Teatros de Operações simultâneos, respeitando um Batalhão a uma situação de conflito de alta intensidade e os dois restantes a Operações de Resposta a Crises; ou o empenhamento de uma força de escalão Brigada num único TO para todo o espectro de missões, apoiados por uma estrutura *Intelligence, Surveillance, Targeting Acquisition, Reconnaissance* (ISTAR) adequada à força. (Cardoso, 2013).

Do acima exposto, e de modo sucinto, podemos pois identificar possíveis funções a desempenhar por oficiais de artilharia nas FND:

- Comandante de Sec/Pel/Btr de Artilharia, a atuar em ambiente de OAP, e elementos de Artilharia no EM da Força, definidos na Estrutura Operacional de Pessoal (EOP), incluídos na UEC/UEB levantadas numa das habituais Unidades apontadoras das respetivas Brigadas;
- Comandante de GAC, elemento de EM e Comandantes de Bateria/Pelotão, constituindo-se o GAC como UEB FND, a atuar em ambiente de OAP, levantado no respetivo Regimento/Quartel de Artilharia, com responsabilidade de aprontamento da força.

## **6.2. Mais-valias para o Exército Português**

Quanto às mais-valias que a participação dos artilheiros nas FND acarreta para a Arma de Artilharia e para o Exército Português, relavam-se: a aquisição de experiência profissional, pelo desempenho de novas funções; elevados níveis de motivação, conferidos pela oportunidade de adquirir novas experiências pessoais e profissionais, em igualdade com as Armas de Infantaria e Cavalaria; e a maior prontidão e capacidade operacional conferidas pelo aprontamento e participação nas FND.

A possibilidade de os Oficiais de Artilharia Portugueses poderem desempenhar as mesmas funções da Infantaria ou Cavalaria nos diversos TO, constitui uma mais-valia para

a Arma de Artilharia, em especial nos domínios profissional e motivacional, garantindo ainda uma equidade institucional (Prata, 2013).

A prestação dos artilheiros não deverá ser avaliada em função da respetiva Arma (tipologia de formação em determinada especialidade), mas sim pelo desempenho, capacidade de trabalho e liderança próprias. No que respeita ao desempenho de funções no âmbito das FND, designadamente no Estado-Maior dos Quartéis-Generais e dos Batalhões, não existem diferenças significativas quanto às habilitações académicas dos oficiais de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, já que a grande maioria das Unidades Curriculares ministradas na AM, bem como dos conteúdos programáticos constantes dos Cursos de Promoção a Capitão e a Oficial Superior, são transversais às 3 Armas.

Mais ainda, no passado recente, e mais concretamente na Guerra em África, existiram muitos Artilheiros que se distinguiram em combate, mesmo em forças de intervenção, mais até que alguns oficiais de Infantaria (Marquês Sousa, 2013).

A formação dos artilheiros, o treino e a cultura da Arma e das unidades, é também reconhecida como uma possível vantagem em relação às outras Armas da manobra, pelo facto de os artilheiros serem mais metódicos e meticolosos, detendo qualidades de trabalho, de método e de rigor que os torna mais aptos para o desempenho de certas funções, nomeadamente no âmbito do pessoal e da logística (Freire, 2013).

Tal assim é que o trabalho desenvolvido pelos artilheiros tem sido reconhecido com apreço por várias entidades (Sardinha, 2013).

### **6.3. Síntese Conclusiva**

Considerando a informação recolhida nas entrevistas, podemos dar resposta à QD4: “Quais as proficiências identificadas pelos Artilheiros Portugueses nas missões no exterior, que concorrem para a obtenção de mais-valias e prestígio para o Exército Português?”.

As experiências identificadas relativamente aos TO de Timor-Leste, Bósnia e Herzegovina e Kosovo, indicam que o desempenho dos Oficiais de Artilharia atingiu um nível igual ou superior aos dos seus homólogos. Seria porém de justiça, com reflexos positivos na motivação, que todos os Oficiais do Exército dispusessem de iguais oportunidades profissionais.

É ainda relevante referir que nos domínios profissional e motivacional, a possibilidade de os Oficiais de Artilharia Portugueses poderem desempenhar as funções normalmente atribuídas aos oficiais de Infantaria ou Cavalaria nos diversos TO, constitui uma mais-valia para a Arma de Artilharia e garantem uma equidade institucional .

A prestação dos artilheiros não deverá ser avaliada em função da respetiva Arma (tipologia de formação em determinada especialidade), mas sim pelo desempenho, capacidade de trabalho e liderança próprias. No que respeita ao desempenho de funções no âmbito das FND, designadamente no Estado-Maior dos Quartéis-Generais e dos Batalhões, não existem diferenças significativas quanto às habilitações académicas dos oficiais de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, já que a grande maioria das Unidades Curriculares ministradas na AM, bem como os conteúdos programáticos constantes dos cursos de Promoção a Capitão e a Oficial Superior, são transversais às 3 Armas.

A formação dos artilheiros, o treino e a cultura da Arma e das unidades, é também reconhecida como uma possível vantagem em relação às outras Armas da manobra, pelo facto dos artilheiros serem mais metódicos e meticolosos, detendo qualidades de trabalho, de método e de rigor que os torna mais aptos para o desempenho de certas funções, nomeadamente no âmbito do pessoal e da logística. O trabalho desenvolvido pelos artilheiros tem sido reconhecido desde da Guerra em África, traduzido-se no desempenho proficiente nas suas funções, mesmo que não específicas da Arma de Artilharia.

## Capítulo 7 – Conclusões e Propostas

### 7.1. Conclusões Finais

De acordo com a pesquisa e análise efectuadas no presente trabalho, podemos identificar as várias funções desempenhadas por oficiais de Artilharia no âmbito das FND, nos TO de Timor-Leste, Bósnia Herzegovina e Kosovo.

Relativamente ao TO de Timor, as forças militares portuguesas enviadas foram integradas em missões da Organização das Nações Unidas em Timor-Leste – UNTAET. A tipologia de funções desempenhadas inseriu-se na ajuda Humanitária e Assistência de Emergência, executada pela Força Militar de Manutenção de Paz, e nas atividades da área das informações. Um estreito contacto com a população constituiu um factor bastante importante para a obtenção de confiança, garante da proteção, execução de ações de apoio social e obtenção de informações. As funções desempenhadas pelos Oficiais de Artilharia, apuradas das entrevistas, foram a de Adjunto do Oficial de Operações do Comando do Sector Central da PKF, desempenhada pelo TCOR ART Marquês de Sousa, e de Comandante do Modulo de Ligação e Vigilância do Campo de Batalha, desempenhada pelo MAJ ART Luís Sardinha, dando assim resposta à QD1: “Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no TO de Timor-Leste?”.

Relativamente ao TO da Bósnia e Herzegovina, e de acordo com as entrevistas realizadas, verificamos que os oficiais de Artilharia, uma vez mais, desempenharam funções não específicas da Arma de Artilharia, neste caso no âmbito da EUFOR e SFOR. As funções identificadas foram de Oficial de Pessoal / Logística / Justiça / EUFOR LOT / EUFOR e de Comandante de Pelotão de Morteiros Médios da Companhia de Apoio do 1ºBIPara/SFOR.

Tanto no TO da Bósnia e Herzegovina como no TO do Kosovo, o MAJ ART Carlos Prata refere que as mais-valias para o Exército Português decorrem da experiência pessoal e profissional recolhida, e pelo facto de ter a oportunidade de desempenhar as mesmas funções que um oficial de manobra. Da análise efetuada, verificámos que os Oficiais de Artilharia desempenharam as funções de Estado-Maior, Check Points, CRC, patrulhamentos, Serviços de Guarnição, Apoio Geral, entre outros.

Considerando a informação acima exposta, demos assim resposta à QD2: “Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no TO da Bósnia e Herzegovina?”

NO TO do Kosovo, a participação dos artilheiros portugueses ocorreu no âmbito da KFOR, tendo sido identificadas as funções de Comandante do ERec do Agrupamento Delta da KFOR e de Adjunto das Informações do 3ºBIPara (que mais tarde veio a assumir a função de Oficial de Informações do Batalhão), dando assim resposta à QD3: “Quais as funções desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses no TO do Kosovo?”

Uma vez respondidas as questões derivadas, iremos de seguida dar resposta à questão central: “Quais as principais ilações identificadas nas missões desempenhadas pelos Artilheiros Portugueses em todo o espectro das operações no exterior, no âmbito das Forças Nacionais Destacadas?”.

Face às entrevistas realizadas, e tendo em conta os pareceres emitidos pelos Diretores Honrários da Arma de Artilharia, podemos concluir que: a participação de Oficiais de Artilharia no âmbito de FND<sup>47</sup> deverá ser alargada, proporcionando oportunidades aos Oficiais de Artilharia de desempenhar num maior número de funções.

Embora, atualmente, a participação dos Artilheiros Portugueses em FND não esteja relacionada com a missão de Apoio de Fogos, intrínseca à Arma de Artilharia, é entanto legítimo concluir que um Oficial de Artilharia está habilitado a executar outras funções, nomeadamente de Oficial de Operações de um Estado-Maior, desde que este seja conhecedor daquilo que é pretendido da sua função, ou seja, ser capaz de planear e conduzir uma operação, habilitações que são obtidas no CPOS.

A participação dos Oficiais de Artilharia, em FND, poderá incidir nos cargos atribuíveis a qualquer Arma ou Serviço, tais como Oficial de Ligação, Oficial de Logística, Oficial de Informações entre outros, para que assim se consiga uma maior número de participações artilheiras, motivando assim as forças.

Tendo como natural que um Comandante escolha os seus comandantes de subunidade e elementos de Estado-Maior, a partir da sua Unidade de origem, pelo conhecimento intrínseco dos seus homens e meios, tal não inviabiliza a participação de oficiais de artilharia em FND, inseridos na UEB a projetar.

Em alternativa as próprias unidades de Artilharia poderiam constituir-se como unidades de aprontamento, na rotação normal dos agrupamentos em missões de

---

<sup>47</sup> Ver Apêndice I: Participação dos Artilheiros Portugueses em FND.

manutenção da paz e humanitárias, no âmbito das FND, sendo assim o efetivo da força constituído por artilheiros.

Esta participação representaria uma mais-valia para o Exército, na medida em que aumenta as forças disponíveis para este tipo de missões e contribui para um nível de treino e de experiência operacional mais equitativo entre as Armas, com reflexos positivos na motivação do pessoal e no prestígio da Arma.

A participação de Oficiais Subalternos de Artilharia será previsivelmente limitada ao cargo de Comandante de Pelotão ou à integração em módulos de apoio, porque segundo os entrevistados, por não participarmos em FND como unidades constituídas, estaremos eternamente limitados, pese embora termos já participado no aprontamento de uma NRF.

## **7.2. Limitações**

No desenvolvimento do presente trabalho foi particularmente difícil obter informação factual, dado que a mesma constava de documentação classificada (Confidencial). A disponibilidade dos potenciais entrevistados restringiu igualmente, de modo significativo, o quantitativo de entrevistas efetuadas.

## **7.3. Propostas e Recomendações**

Uma vez que o emprego de Unidades de Artilharia constituídas (Grupos ou Baterias) em missões de Apoio de Fogos, se afigura como improvável nos atuais TO, tendo em conta os entrevistados no TO de Timor-Leste, Bósnia e Kosovo, bem como as exposições emanadas pelos Diretores Honrários da Arma de Artilharia, um caminho para o futuro será a participação de Artilheiros Portugueses em missões no âmbito de Operações de Apoio à Paz, nos seguintes moldes:

- Nomeação regular de Sec/Pel/Btr de Artilharia, a atuar em ambiente de OAP e elementos de Artilharia no EM da Força, definidos na Estrutura Operacional de Pessoal (EOP), incluídos na UEC/UEB levantadas numa das habituais Unidades aprontadoras das respetivas Brigadas;
- Aprontamento de um GAC como UEB FND, a atuar em ambiente de OAP, levantado no respetivo Regimento/Quartel de Artilharia, com responsabilidade de aprontamento da força.



## Bibliografia

- Azevedo, G., & Calmeiro, L. (2004). O exército Português e mTimor Leste. Lisboa, Outubro : SecCoopMilAI/GabCEME.
- BAPTISTA, C. L. (2007). A Artilharia Portuguesa na NATO Response Force e nos Battlegroups. In *Revista de Artilharia, n.º. 986-988, II série* (pp. 347-360). Lisboa: JMG-Art. Gráficas e Public, Lda.
- EME. (2005). Regulamento de Campanha Operações, Estado-Maior do Exército. Setembro, Lisboa.
- Quivy, R. & Campenhouldt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1ª ed.). Lisboa: Gradiva
- EU. (2006). *Council Secretariat Factsheet on European Union Battlegroups*. Obtido de [www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/en/esdp/91624.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/en/esdp/91624.pdf).
- JP. (2006). *Dictionary of Military and Associated Terms, Joint Publication 1-02, Joint Chiefs of Staff, Washington DC*.
- LEITÃO, FREITAS, COSTA (2009), *NATO, Desafios e Perspectivas. Revista Militar*. Retirado, abril, 02, 2013, de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=456>
- LEANDRO, M. F. (2002). Participação Nacional em operações de apoio à paz: lições apreendidas. In *Revista de Artilharia, n.º. 926-928, II série* (pp. 317-365). Lisboa, Outubro a Dezembro de 2002.
- LINDSTROM, G. (2007). *Chaillot Papper: Enter the EU Battlegroups*. Obtido de <http://aei.pitt.edu/7414/01/chai97.pdf>.
- NATO. (2001). *NATO Handbook, North Atlantic Treaty Organization*. Brunssum.
- NATO (2005). *The Alliance's New Strategic Concept 2005*. Retirado, março, 20, 2013, de <http://www.nato.int/docu/update/2006/11-november/e1129b.htm>
- NATO . (2007). Obtido em 11 de Fevereiro de 2013, de Operation Joint Endeavour: <http://www.nato.int/>
- NATO (2010), *New Strategic Concept 2010*. Retirado, março, 18, 2013, de <http://www.nato.int/lisbon2010/strategic-concept-2010-eng.pdf>
- NATO (2010), *Estrutura de comando e controlo da KFOR* Retirado, fevereiro, 12, 2013, de <http://www.operacional.pt/tag/ktm/feed/>

- RCMA/GabCEME. (2012). Listagens da participação do Exército em MHP. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- RCMA/GabCEME. (2012). Listagens da participação do Exército na NRF. Estado Maior do Exército, Lisboa.
- SANTOS, T. H. (2007). A Artilharia Portuguesa nas FND. In *Revista de Artilharia*, n.º 983-985, II série (pp. 233-266). Lisboa.
- SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada, 2ª Edição*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- STRATFOR (2009) Retirado maio, 15, 2013 de <http://ventonocabelo.blogspot.pt/2011/08/bosnia-herzegovina-its-complicated.html>
- SARAIVA. (2008). IFOR/Bósnia 96. Lisboa.
- SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada, 2ª Edição*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SOUSA, P. M. (2001). *Revista de Artilharia. Uma Experiência em Timor-Leste*, pp. 147-167.

## **Apêndices**

## Apêndice A: Entrevista de Timor

### ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

<b>Nome:</b>	PEDRO MARQUÊS DE SOUSA
<b>Posto:</b>	TCOR ART
<b>Estado Civil:</b>	CASADO
<b>Funções:</b>	PROFESSOR NA AM
<b>Tempo na atual função:</b>	8 ANOS
<b>Formação Académica:</b>	MESTRADO

#### QUESTÕES:

##### **P 1. Que função desempenhou no TO de Timor?**

R: Era Capitão e fui adjunto do Oficial de Operações do Comando do Sector Central da PKF (Peace Keeping Force da UNTAET) que era o comando do sector português na ilha de Timor (Leste).

##### **P 2. Teve os meios humanos e matérias adequados para o cumprimento da missão?**

R: Sim. Ao nível da função na célula de Operações tínhamos bons meios de comunicações, quer para comunicar dentro do TO quer para Portugal (enviar SITREPs etc) e um eficaz sistema de intranet das Nações Unidas (ONU). Também ao nível de viaturas e um sistema de pedidos de apoio aéreo relativamente eficaz, sendo fácil solicitar um helicóptero para reconhecimentos etc. A célula de operações tinha dois oficiais do exército ( 1 Major e 1 Cap) e um sargento fuzileiro e dispunha de meios adequados. Ao nível das instalações (alojamentos) é que era mais deficiente.

##### **P 3. Quais foram as principais dificuldades que encontrou no TO de Timor?**

R: Ao nível do meio físico, as maiores dificuldades foram as elevadas temperaturas, a rede estradal em más condições e o relevo muito acentuado na zona central da ilha.

Ao nível da função (atividade militar) foi inicialmente a ameaça das milícias que teimavam em resistir no seu objetivo de recuperar Timor para a Indonésia e que tentavam aterrorizar as populações (que tinham votado e decidido serem independentes) e procuravam afastar a ONU do território, tendo assassinado 6 elementos da UNHCR (Comissariado para os refugiados) e dois militares da Nova Zelândia alguns dias antes do início da nossa missão em Agosto de 2000.

Tivemos que realizar uma operação (Operação Cobra) especificamente para “limpar” a zona sul do nosso sector, afastando as milícias que tinham o apoio clandestino de alguns generais indonésios e no âmbito dessa missão, em Setembro de 2000, aconteceram combates diretos entre forças portuguesas e grupos de milícias.

Também ao nível operacional foi difícil a comunicação com militares estrangeiros e com os locais que apenas falavam Tetun (o dialeto tradicional) ou a língua Bahasa (indonésio). Ao nível pessoal foram as limitações resultantes das condições dos alojamentos e as exigências do serviço, sob alguma pressão durante a fase dos meses de Set e Out2000 em que o “braço de ferro” entre as forças da ONU e as Milícias esteve mais complicado, até ao envolvimento da diplomacia dos EUA que ajudou muito, incluindo através da demonstração de força de um Batalhão de Marines que estava num navio fundeado junto da ilha.

**P 4. As funções que desempenhou foram motivadoras? Porquê?**

R: Sim porque a nossa Célula de Operações era responsável pelo sector mais importante ( a zona central de Timor Leste) que incluía também a cidade de Díli que sendo a mais complicada representava um desafio para se sentir o resultado do nosso trabalho. Além disso o facto de ser de Art<sup>a</sup> e estar nas Operações foi bastante motivador, estando num escalão (Comando de sector) entre o QG da força o as força no terreno (o Batalhão Português, o Destacamento de helicópteros Alouette portuguesas etc.)

**P 5. No seu entender porque que é que ao nível de Estado-maior, os Oficiais de Artilharia não têm vindo a desempenhar as funções de Oficial de Operações (S3) e comandantes? Porquê? Tendo em conta que a sua formação base é a mesma.**

R: No início da participação portuguesa nas novas missões (entre 1994 e 2000) isso não acontecia, mas depois gradualmente foi acontecendo uma maior participação de artilheiros, tendo em conta que realmente este tipo de missões não se enquadram nas

missões convencionais, pelo que todos os quadros das Armas estão em condições de as desempenhar. Talvez por razões de princípio, como as unidades de escalão Bat/Agr têm sido mobilizadas (aprontadas) por unidades das armas de Infantaria ou de Cavalaria, tem havido um maior peso de pessoal das respetivas Armas mas, mas quando se trata de comandos conjuntos (como foi o meu caso) aprontados ao nível dos comandos das Brigadas etc, tem sido mais frequente a participação de artilheiros em funções na área das operações e informações. No caso de oficiais subalternos, também se registaram nos últimos anos, casos de Pelotões comandados por oficiais de Artilharia.

**P 6. No seguimento da questão anterior entende que tal facto tem alguma implicação na motivação/desempenho dos Oficiais de Artilharia?**

R: Claro que sim, sobretudo porque para Oficiais e Sargentos jovens não pode haver melhor motivação do que a participação numa missão no estrangeiro e a experiência de estar num ambiente real, em que o militar sente que realmente atua no quadro de uma situação crítica em que o aparelho militar assume diversas funções básicas para a segurança e bem-estar de populações que de outro modo não podiam viver determinadas fases críticas nos seus países.

**P 7. Acha que os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções “normalmente” destinadas aos Oficiais de Infantaria referindo-me a Comandantes/2º Comandantes de Forças Nacionais Destacadas?**

R: Claro que sim. Sobretudo a esse nível de Comandante de Bat/Agr (TCor) e 2º Cmdt (Major) será até mais fácil do que ao nível de Comandante de Pelotão ou Companhia/SubAgr, considerando que na formação para Oficial superior no quadro das funções de Estado-maior é idêntica.

**P 8. O desempenho dos Artilheiros nas Forças Nacionais Destacadas de Timor traduziu-se em “mais-valias” para o cumprimento da missão? Fizeram-no melhor do que os “outros”?**

R: Não devemos avaliar a prestação dos quadros, pela sua arma (tipologia de formação em determinada especialidade) mas sim pelo desempenho, capacidade de trabalho e liderança própria, não sendo hoje de admitir que existe um perfil típico dos oficiais de Infantaria, de Artilharia ou de Cavalaria... pois a tendência é a formação dos oficiais ser cada vez mais generalista, abandonando as antigas identidades rígidas e

distintas das outras. Mas já no passado, na nossa história recente, na Guerra em África, tivemos muitos artilheiros que se distinguiram como combatentes mesmo em forças de intervenção, muito mais que oficiais de Infantaria.

**P 9. Estaremos “eternamente” remetidos à participação nas Forças Nacionais Destacadas com missões fora da nossa especialidade? Porquê?**

R: Essa questão já tem uma abordagem mais complexa, pois a evolução da atividade militar determina de forma implacável as novas tendências e a forma de atuar. Há cerca de um século o cavalo deixou de ser eficaz em combate convencional, assim como também no quadro das novas missões como existe uma extrema preocupação com as baixas, regista-se uma diminuição da intensidade e do nível de armamento empregue, o que remete a artilharia para um nível de menor protagonismo por não participar com fogos, no quadro das novas missões de baixa intensidade. Assim os oficiais de artilharia, tal como os restantes, tendem a exercer novas funções cada vez mais generalistas.

**P 10. Quais as razões que aponta para o facto de não participarmos como uma força constituída de Artilharia, neste tipo de missões?**

R: Por razões culturais e pelo facto do nosso Exército e os outros também, ainda estarem organizados com base na tradicional lógica das Armas vivendo ainda com unidades territoriais específicas das armas de Infantaria, Artilharia etc.: modelo que terá tendência a desaparecer e nessa altura essa perceção deixará de existir.

**P 11. Identificou que os Oficiais de artilharia possuem proficiências nas missões desempenhadas até ao momento?**

R: Sim, mas talvez o que seja de destacar é o facto de se ter percebido que os artilheiros podem fazer aquilo que os oficiais de Infantaria e Cavalaria também fazem. Tal como nos restantes casos, esse tipo de avaliação deve ser feito no plano pessoal e não pela Arma a que pertence, cuja identidade resultava antigamente da sua formação académica e técnico profissional, mas que na atualidade essa distinção tem tendência a desaparecer, passando a ser mais importante a experiência profissional, a cultura e a sua atitude. O que parece que deve ser destacado é o facto de se ter percebido que os artilheiros podem fazer aquilo que os oficiais de Infantaria e Cavalaria também fazem, o que reforça a nossa opinião da tendência para serem mais generalistas, cada vez mais cedo (como Tenente ou Capitão)

---

**P 12. Existe alguma área específica que os artilheiros não possam desempenhar funções? Porquê?**

R: Nesta fase, considerando a tipologia de operações que são mais frequentes, no quadro de um dispositivo territorial com a missão de garantir a segurança num determinado sector, não é pertinente estabelecer separações, mas no caso de um regresso a um conflito convencional de alta intensidade nesse caso os artilheiros devem primariamente realizar missões que só eles sabem, assim como também não estão tão preparados para uma Companhia de Atiradores, considerando ainda este tipo de orgânica.

**P 13. Quais as áreas funcionais no TO que ainda não foram desempenhadas?**

R: Quando estive em missão em 2000/2001 era novidade a área de Operações e Informações, mas atualmente parece que as áreas funcionais são ocupadas indistintamente pelas diversas Armas.

**P 14. Na sua opinião, e face as áreas referidas anteriormente, por que razões não têm vindo a desempenhar as funções?**

R: Recentemente acho que os artilheiros têm desempenhado um amplo espectro de funções, pelo que se confirma a tendência para uma atitude mais polivalente de grande amplitude de funções.

**P 15. Que aspetos considera que deveriam ser melhoradas no futuro?**

R: A formação é sempre a base fundamental e como referi anteriormente a formação dos quadros tende a servir o objetivo de formar cada vez mais um perfil polivalente. Mas como em qualquer atividade, também na atividade militar é muito importante a experiência, sendo que neste campo é que se identifica a grande limitação ao nível do nosso Exército, pois a grande parte dos quadros não tem nenhuma experiência operacional.

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

## Apêndice B: Entrevista de Timor

### ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

<b>Nome:</b>	Luís Sardinha
<b>Posto:</b>	Major de Artilharia
<b>Estado Civil:</b>	Casado
<b>Funções:</b>	Chefe da Repartição Operações (G3) Interino
<b>Tempo na atual função:</b>	Desde 15 de Abril 2013
<b>Formação Académica:</b>	Licenciatura em Ciências Militares

#### QUESTÕES:

##### **P 1. Que função desempenhou no TO de Timor?**

R:A função que desempenhei foi de Comandante do Modulo de Ligação e Vigilância do Campo de Batalha. Com tudo, para além de ser Oficial de Ligação do Batalhão no 1ºBIMec trabalhava para as informações no âmbito de proteção da força.

##### **P 2. Dispôs dos meios humanos e materiais adequados para o cumprimento da missão?**

R: O meu módulo era constituído por um oficial, dois sargentos e duas praças. Mais tarde fomos reforçados por mais um oficial, formando assim duas equipas de três elementos. O nosso módulo situava-se num compartimento, tínhamos meios informáticos, uma viatura atribuída. Sim na minha função tinha todos os materiais necessários para o cumprimento da minha missão.

##### **P 3. Quais foram as principais dificuldades que encontrou no TO do Timor?**

R: Senti alguma dificuldade na passagem do testemunho, ou seja, na adaptação às tarefas porque era novidade e porque tinha dificuldade em colocar-me a par de tudo o que se passava pois já existia trabalho desenvolvido dos antecedentes relativamente ao trabalho que íamos desempenhar. No estabelecimento de contactos no âmbito do UMINT, criar um

certo à-vontade com eles e ganhar confiança para que a recolha de informação fosse mais fluída. A nível das dificuldades inerentes ao meio físicos tínhamos o território e o clima.

**P 4. As funções que desempenhou foram motivadoras? Porquê?**

R:Sem dúvidas que sim porque foi a minha primeira missão, era uma área nova e aliciante que nos dá responsabilidade na área das informações.

**P 5. No seu entender, e no que se refere a tipos de missões, quais as razões para que os Oficiais de Artilharia não tenham vindo a desempenhar as funções de Oficial de Operações (S3) e de Comandantes de Unidade, tendo em conta que a sua formação base é a mesma das restantes Armas?**

R:Temos de ter em conta o seguinte a formação base é a mesma mas desde á uns anos pra cá é que começou a ser feita uma formação mais conjunta e combinada ( o CPC com Armas e Serviços). No que toca a Oficiais de Operações e de comandantes de unidade baseia-se nas tarefas atribuídas às Unidades., sendo este processo de seleção um processo de Estado-Maior na nomeação das Unidades. Por exemplo em Timor o nosso Batalhão tinha uma área de responsabilidade atribuída e as Companhias funcionavam na tipologia quadrícula, ou seja, as Companhias estavam dispersas e faziam patrulhas de segurança e reconhecimento às suas áreas dentro da área de responsabilidade do Batalhão. Na minha opinião um oficial de Artilharia tem sim a capacidade de desempenhar a função de Oficial de Operações de um Batalhão. Contudo nos Batalhões de Infantaria, os Oficiais de Operações são geralmente de Infantaria a não ser que seja uma força de Artilharia. As especificidades das tarefas é que podem ser mais adequadas aos Batalhões que são empregues.

**P 6. No seguimento da questão anterior, entende que tal facto tem implicações na motivação/desempenho dos Oficiais de Artilharia?**

R:Sim há sempre pessoal que fica dececionado havendo um individuo que tem formação, que vai e vem de um teatro, e que vai adquirindo uma maior experiencia do que um oficial de Artilharia. Temos de ter em conta que cada um desempenha a sua função. No meu ponto de vista tem sim implicação a nível de motivação mas não de desempenho.

**P 7. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções “normalmente” destinadas aos Oficiais de Infantaria, em especial no que**

**respeita aos cargos de Comandantes/2º Comandantes de Forças Nacionais Destacadas?**

R:Eu considero que têm. Claro que há certos aspetos que não irão ter nomeadamente no emprego tático da força, por nesta área poderem não estar tão bem preparados. Mas na condução, no comando, na direção, no de coadjuvar o Comandante, o Oficial de Artilharia tem todas as capacidades e foi formado para isso.

**P 8. O desempenho dos Artilheiros nas Forças Nacionais Destacadas de Timor traduziu-se em “mais-valias” para o cumprimento da missão? Poderá considerar-se que o desempenho dos Artilheiros foi relevante?**

R:Sim claro que trouxe mais-valias, cada Arma tem a sua maneira de atuar mas os artilheiros vão mais ao pormenor do que os outros. Foi relevante porque a integração foi adequada e toda a gente se contratelou. O trabalho que desenvolvi e que outros artilheiros desenvolveram foi visto com bons olhos visto que o apreço foi de vários.

**P 9. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm demonstrado proficiência nas missões desempenhadas até ao momento?**

R:Claro. Que eu saiba não se fala de ninguém seja afastado da força por esses motivos.

**P 10. Que razões aponta para o facto de os Artilheiros não participarem em FND como uma força constituída da Artilharia?**

R:Porque em Portugal não têm sido empregues unidades para tarefas de Artilharia mas sim mais destinadas às unidades de manobra. Tal como aconteceu no passado, em que forma empregues Companhias de Artilharia na Guerra do Ultramar pois era necessário um maior número de forças para as tarefas de quadrícula dado que não era uma guerra convencional era uma guerra de guerrilha.

Hoje em dia atuamos dentro da aliança e cada país contribui com a sua força a não ser na Nato Response Force (NRF), que foi aprontada e constituída mas que ficou em espera para o caso de ser necessário ser empregue numa força. Isto ocorre mas não numa FND.

Nos nossos teatros quando nos propomos para uma missão tem sido mais no âmbito da aliança e da manobra.

**P 11. Os oficiais de Artilharia estarão “eternamente” remetidos à participação nas Forças Nacionais Destacadas em cargos que não da sua especialidade? Porquê?**

R: Sim porque como por exemplo no caso específico dos OAF inseridos numa força de Artilharia, muito dificilmente um país irá solicitar um OAF a outro país qualquer. Isto porque Portugal não participa em operações convencionais, mas sim de Imposição de Paz e de Manutenção de Paz como foi em Timor.

**P 12. Que áreas funcionais, no TO de Timor, não foram ocupadas por oficiais de Artilharia?**

R: A área das operações e a área do comando, nos escalões de Companhia e Batalhão.

**P 13. Na sua opinião, e face as áreas referidas anteriormente, por que razões os Artilheiros não têm vindo a desempenhar funções?**

R: Porque possivelmente as outras Armas não nos vêm com bons olhos no desempenho das funções referidas anteriormente. Normalmente para essas funções são elaborados convites para o desempenho das mesmas às Armas da manobra.

**P 14. Que aspetos considera que deveriam ser melhoradas no futuro?**

R: O que deve ser melhorado é empregar mais e em maior numero os militares oriundos da Arma de Artilharia nas unidades que são destacadas.

Em termos de formação dar mais liberdade aos seus militares para participarem nas missões porque as unidades de Artilharia não querem perder os seus oficiais.

Dar condições para se frequentar cursos adequados à área, ou seja, cursos de ligação, cursos de informações, cursos ligados também à área do pessoal. Isto para terem mais bagagem para o desempenho das suas missões no estrangeiro.

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

## Apêndice C: Entrevista da Bósnia e Herzegovina

### ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

<b>1. Nome:</b>	Carlos Prata
<b>2. Posto:</b>	Major de Artilharia
<b>3. Estado Civil:</b>	Casado
<b>4. Funções:</b>	Comandante da BtrAAA da BrigMec
<b>5. Tempo na atual função:</b>	3 anos e meio
<b>6. Formação Académica:</b>	Licenciado em Ciências Militares

#### QUESTÕES:

##### **P 1. Que função desempenhou no TO da Bósnia?**

R: Comandante de Pelotão de Morteiros Médios da Companhia de Apoio do 1ºBIPara/SFOR.

##### **P 2. Dispôs dos meios humanos e materiais adequados para o cumprimento da missão?**

R: Sim, obviamente que sim, pois nas missões a melhor coisa que temos é o facto de termos todos os meios, os materiais e os meios humanos. Em termos dos meios humanos fomos organizados em Leiria onde eu estava colocado na altura. Fomos organizados num pelotão constituído mais o Comando da Companhia de Apoio. Este pelotão foi inteiramente constituído em Leiria, sendo todos os militares da Arma de Artilharia. A formação na parte dos morteiros ocorreu na fase do aprontamento. Nitidamente foi uma das melhores experiências que tive e, sim, dispus dos meios humanos e os materiais adequados para o cumprimento da missão.

##### **P 3. Quais foram as principais dificuldades que encontrou no TO do Bósnia?**

R: As únicas dificuldades que julgo ter sentido prendem-se com a adaptação do TO. Uma vez que todos nós estávamos a ser projetados pela primeira vez para o estrangeiro, para desempenhar funções no estrangeiro no âmbito das FND. Isto porque em 2001/2002

ainda não era uma missão conhecida por parte dos militares portugueses. Mas tirando isso cumprimos de igual forma a nossa missão comparativamente com as outras Armas e Serviços. Cumprimos tal e qual como se tivessem sido Infantes, que é o principal, a cumprir.

**P 4. As funções que desempenhou foram motivadoras? Porquê?**

R: Sim até porque aprendi muita coisa para além de ter ido com a função de Comandante de Pelotão de Morteiros, que na altura pertencia à Infantaria, mas que agora também pertence aos artilheiros. Para além de ter todos os meios necessários cheguei a fazer tiro de morteiros no TO, por isso foi bastante motivador porque estava nitidamente numa função que até a altura era uma função da Infantaria e Cavalaria, no caso do Kosovo. Efetuamos também patrulhas, que correram muito bem porque embora estivesse inserido na Companhia de Apoio, éramos cedidos às outras Companhias de Atiradores quando elas tinham que sair em patrulhas ou operações. Dado o nosso escalão, de apenas um pelotão, saíamos sempre em conjunto com as Companhias de Atiradores e cumpríamos a missão de igual forma nas operações, serviços e patrulhas. Com isto tornou-se, para a mim e para os meus homens, muito mais motivante a nossa prestação no TO.

**P 5. No seu entender, e no que se refere a tipos de missões, quais as razões para que os Oficiais de Artilharia não tenham vindo a desempenhar as funções de Oficial de Operações (S3) e de Comandantes de Unidade, tendo em conta que a sua formação base é a mesma das restantes Armas?**

R: No caso da Bósnia, não tenho conhecimento de ninguém que tenha ocupado com estas funções. Julgo que isto seja ainda um preconceito que a Infantaria e a Cavalaria têm, por não disponibilizarem estas funções. É minha opinião que as cumpríamos, e se calhar tão bem ou melhor do que os oficiais de manobra. Não tenho dúvidas, disso até porque a formação de estado-maior é a mesma. Talvez a principal razão seja o facto de não quererem perder os lugares / cargos de destaque.

**P 6. No seguimento da questão anterior, entende que tal facto tem implicações na motivação/desempenho dos Oficiais de Artilharia?**

R: Sim, porque temos que ver que existem artilheiros com excelentes capacidades, que não desperdiçariam esta oportunidade, e sendo assim, nunca vão ter oportunidade de comandar uma FND no exterior. Relativamente ao orçamento este tipo de missões são é totalmente diferentes porque também não há falta de meios humanos nem de materiais, daí também ser um fator de motivação e desempenho. Estas experiencias, nas funções anteriormente referidas trazem grande experiencia que não tenho duvidas que qualquer artilheiro gostaria de ter e como é óbvio. Em termos profissionais é desmotivante ver e sermos ultrapassados nessas oportunidades por camaradas de outras Armas, já para não falar dos prémios, condecorações e louvores de altas patentes que recebem ao desempenharem essas funções.

**P 7. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções “normalmente” destinadas aos Oficiais de Infantaria, em especial no que respeita aos cargos de Comandantes/2ºComandantes de Forças Nacionais Destacadas?**

R: Sim, têm as condições para o desempenho das funções de Comandante e 2ºComandantes. Tenho o exemplo do então Major Luz Costa, que era o 2ºComandante do meu Batalhão no Kosovo. Independentemente do seu desempenho, todos os oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções destinados a oficiais de Infantaria, sem sombras de dúvidas que sim.

**P 8. O desempenho dos Artilheiros nas Forças Nacionais Destacadas na Bósnia traduziu-se em “mais-valias” para o cumprimento da missão? Poderá considerar-se que o desempenho dos Artilheiros foi relevante?**

R: Sim. Por mim falo e pelos artilheiros que estavam comigo na missão. Como Comandante de Pelotão de Morteiros vivi mais intensamente porque estava sempre a acompanhar a atividade das Companhias de Atiradores oque se torna numa mais-valia para o cumprimento da missão pelo facto de podermos desempenhar as mesmas funções da Infantaria ou Cavalaria. Julgo que para nós artilheiros, é uma mais-valia e que nos permite sentir como iguais, não melhores que os outros mas sim diferentes. Tal como o meu Pelotão que era inteiramente constituído por artilheiros trabalhamos á nossa maneira e cumprimos na mesma a missão.

**P 9. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm demonstrado proficiência nas missões desempenhadas até ao momento?**

R: Sim nitidamente, nas duas missões em que estive, falando especificamente em oficiais de Artilharia, ao que acresce o conhecimento do pessoal que participou nestas missões e daqueles que me antecederam. Os oficiais de Artilharia também demonstraram proficiência nos quartéis-generais em funções de estado-maior. E embora eu estivesse no Batalhão, sempre ouvi falar bem dos trabalhos e desempenho dos oficiais de Artilharia.

**P 10. Os oficiais de Artilharia estarão “eternamente” remetidos à participação nas Forças Nacionais Destacadas em cargos que não da sua especialidade? Porquê?**

R: Julgo que sim, existem alguns TO onde poderíamos empregar a Artilharia, mas se não o fizermos, também acho que muito dificilmente vamos participar alguma vez como Artilharia. Temos NRF aprontadas, e como disse, se não fomos até à data, não estou a ver irmos no futuro. Não sabemos o dia de amanhã mas para já tenho dúvidas que os nossos generais nos coloquem lá fora com a Artilharia.

**P 11. Existe alguma área específica em que os Artilheiros não possam desempenhar funções? Quais as razões?**

R: Não. Os artilheiros são capazes de desempenhar funções em qualquer tipo de área.

**P 12. Que áreas funcionais, no Teatro de Operações da Bósnia, ainda não foram ocupadas por oficiais de Artilharia?**

R: Julgo que a única área funcional que não foi ocupada por um oficial de Artilharia foi a de Oficial de Operações. Tenho no entanto conhecimento da participação de artilheiros como oficiais de logística, pessoal, informações, CIMIC e ligação.

**P 13. Na sua opinião, e face as áreas referidas anteriormente, por que razões os Artilheiros não têm vindo a desempenhar funções?**

R: Relativamente a área das operações penso que seja devido á constituição orgânica da unidade que é nomeada, e que integra o Oficial de Operações da Arma respetiva.

**P 14. Que aspetos considera que deveriam ser melhoradas no futuro?**

R: Projetar mais forças constituídas. Nós estamos todos prontos a assumi-las. Estamos todos á espera que- nos deem oportunidade para isso. Não acho que seja necessário mais formação daquilo que já temos porque quem já teve missões tal como eu sabe que com a experiência se vai somando mais ensinamentos e através deles adquire-se conhecimento, mais capacidades e prontidão nas suas valências

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

## Apêndice D: Entrevista da Bósnia e Herzegovina.

### ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

<b>1. Nome:</b>	Nélson Rego
<b>2. Posto:</b>	Major de Artilharia
<b>3. Estado Civil:</b>	Casado
<b>4. Funções:</b>	Estado Maior do Exército
<b>5. Tempo na atual função:</b>	
<b>6. Formação Académica:</b>	Licenciado em Ciências Militares

#### QUESTÕES:

**P 1. Que função desempenhou no TO da Bósnia?**

R: Oficial de Pessoal / Logística / Justiça no CampPRT / EUFOR LOT / EUFOR.

**P 2. Dispôs dos meios humanos e materiais adequados para o cumprimento da missão?**

R: Sim.

**P 3. Quais foram as principais dificuldades que encontrou no TO do Bósnia?**

R: As dificuldades encontradas foram somente relacionadas com a vertente operacional da UE em operações militares.

**P 4. As funções que desempenhou foram motivadoras? Porquê?**

R: Sim, pela experiência que adquiri ao nível do Estado-Maior de uma Unidade. Na área de operador e informação foi bastante motivador em especial às informações e HUMINT.

**P 5.0 No seu entender, e no que se refere a tipos de missões, quais as razões para que os Oficiais de Artilharia não tenham vindo a desempenhar as funções de**

**Oficial de Operações (S3) e de Comandantes de Unidade, tendo em conta que a sua formação base é a mesma das restantes Armas?**

R: Negativo. Não é nada a mesma. É a mesma em aspetos gerais, agora a nível técnico é específico e direcionado.

**P 6. No seguimento da questão anterior, entende que tal facto tem implicações na motivação/desempenho dos Oficiais de Artilharia?**

R: Não.

**P 7. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções “normalmente” destinadas aos Oficiais de Infantaria, em especial no que respeita aos cargos de Comandantes/2º Comandantes de Forças Nacionais Destacadas?**

R: Já tivemos. Tem de ser ter sempre em consideração o tipo de Unidade em questão. Numa constituição rígida de Infantaria / Cavalaria a Unidade desempenhou patrulhas e Checkpoints.

**P 8. Que áreas funcionais, no Teatro de Operações da Bósnia, ainda não foram ocupadas por oficiais de Artilharia?**

R: Comandantes de Batalhão / Oficial de Operações e Comandantes de Companhia.

**P 9. Na sua opinião, e face as áreas referidas anteriormente, por que razões os Artilheiros não têm vindo a desempenhar funções?**

R: Tem tudo a ver com o facto de a decisão recair sobre Unidades constituídas, que naturalmente têm os Oficiais que já lá desempenharam funções, não indo substituí-los por oficiais de Artilharia.

**P 10. Que aspetos considera que deveriam ser melhoradas no futuro?**

R: Nos dias de hoje só tem lógica uma Unidade de Artilharia na sua função específica, fogos! Isso só se justifica em cenários tipo Líbano e Afeganistão.

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

## Apêndice E: Entrevista do Kosovo

### ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

<b>1. Nome:</b>	Carlos Prata
<b>2. Posto:</b>	Major de Artilharia
<b>3. Estado Civil:</b>	Casado
<b>4. Funções:</b>	Comandante da BtrAAA da BrigMec
<b>5. Tempo na atual função:</b>	3 anos e meio
<b>6. Formação Acadêmica:</b>	Licenciado em Ciências Militares

#### QUESTÕES:

##### **P 1. Que função desempenhou no TO do Kosovo?**

R:No TO do Kosovo comecei por desempenhar as funções de Adjunto das informações do Batalhão de Infantaria paraquedista (3ºBIPara) até dezembro desse ano. Após essa data assumi a função de Oficial de informações do Batalhão porque o meu chefe direto passou à reserva.

##### **P 2. Dispôs dos meios humanos e matérias adequados para o cumprimento da missão?**

R:Sim. Tinha a minha secção completamente constituída conforme o quadro orgânico da ordem de batalha da respetiva missão. Para além disso ainda tinha uma equipa das Operações Especiais que executavam as ordens de pesquisa, dadas por mim, em que iam diretamente para o terreno investigar as informações.

##### **P 3. Quais foram as principais dificuldades que encontrou no TO do Kosovo?**

R:As únicas dificuldades que senti foi na adaptação do TO, embora tenha sido um teatro novo para mim. Mas foi mais difícil a adaptação neste teatro pois as populações eram mais desconfiadas e arrogantes. Em termos de trabalho estávamos juntamente com os ingleses na mesma Unidade de maneira que tive de trabalhar as informações diretamente com os ingleses. Na minha opinião a personalidade dos ingleses não facilitou o relacionamento e integração, até porque tinham outra terminologia e trabalhavam de forma

diferente da nossa. Daí, algumas das operações conjuntas não correram da melhor maneira, mas com o decorrer do tempo foram ajustadas.

**P 4. As funções que desempenhou foram motivadoras? Porquê?**

R: Sim, foram bastante motivadoras porque estava numa função que não era propriamente destinada a artilheiros e que até à data era só ocupada por oficiais de Infantaria. Foram igualmente bastantes motivadoras pelo facto de ter tido a oportunidade de trabalhar com a Equipa de Operações especiais que dominam as matérias relacionadas com a pesquisas e as informações. Por isso digo que as minhas funções foram cumpridas de igual forma.

**P 5. No seu entender, e no que se refere a tipos de missões, quais as razões para que os Oficiais de Artilharia não tenham vindo a desempenhar as funções de Oficial de Operações (S3) e de Comandantes de Unidade, Tendo em conta que a sua formação base é a mesma das restantes Armas?**

R: No caso do Kosovo não tenho conhecimento de ninguém que tenha ido com estas funções. Julgo que isto seja ainda um preconceito que a Infantaria e a Cavalaria têm ou não disponibilizarem estas funções, as cumpríamos e se calhar tão bem ou melhor do que eles. Não tenho dúvidas disso até porque a formação de estado-maior é a mesma, mas talvez a principal razão seja o facto de não quererem os lugares/cargos de destaque.

**P 6. No seguimento da questão anterior, entende que tal facto tem implicações na motivação/desempenho dos Oficiais de Artilharia?**

R: Sim. Temos que considerar que existem artilheiros com excelentes capacidades e oportunidades destas não as desperdiçavam e sendo assim nunca vão ter oportunidade de comandar uma FND no exterior. Relativamente ao orçamento é totalmente diferente porque também não há falta de meios humanos nem de materiais, daí também ser um fator de motivação e desempenho. Estas experiencias nessas funções anteriormente referidas trazem grande experiencia que não tenho duvidas que qualquer artilheiro gostaria de ter e como é óbvio. Em termos profissionais é desmotivante ver e sermos ultrapassados nessas oportunidades por camaradas de outras Armas já para não falar dos prémios, condecorações e louvores de altas patentes que recebem ao desempenharem essas funções.

**P 7. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções “normalmente” destinadas aos Oficiais de Infantaria, em especial no que respeita aos cargos de Comandantes/2ºComandantes de Forças Nacionais Destacadas?**

R: Sim têm as condições para o desempenho das funções de Comandante e 2ºComandantes, tenho o exemplo na altura Major Luz Costa que era o meu 2ºComandante do meu Batalhão no Kosovo. Independentemente do seu desempenho na minha opinião, acho que sim, todos os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções destinados a Oficiais de Infantaria sem margem de dúvidas que têm.

**P 8. O desempenho dos Artilheiros nas Forças Nacionais Destacadas do Kosovo traduziu-se em “mais-valias” para o cumprimento da missão? Poderá considerar-se que o desempenho dos Artilheiros foi relevante?**

R: Sim. Pela minha experiência falo e pelos artilheiros que lá estavam comigo na missão. Como Comandante de Pelotão de morteiros vivi mais intensamente porque estava sempre a acompanhar a atividade das companhias de atiradores que se torna numa mais-valia para o cumprimento da missão pelo facto de podermos desempenhar as mesmas funções da infantaria ou cavalaria. Julgo que para nós artilheiros é uma mais-valia e que nos sentimos iguais, não estou a dizer melhores que os outros mas sim de forma diferente. Tal como o meu pelotão era todo ele constituído por artilheiros trabalhamos á nossa maneira e cumprimos na mesma a missão.

**P 9. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm demonstrado proficiência nas missões desempenhadas até ao momento?**

R: Sim nitidamente, nas duas missões em que tive, falando especificamente em Oficiais de Artilharia mais o conhecimento do pessoal que participou e os antecedentes á minha chegada. Os Oficiais de Artilharia também demonstraram proficiência nos quartéis-generais em funções de estado-maior embora eu estivesse no Batalhão. Sempre ouvi falar bem dos trabalhos e desempenho dos Oficiais de Artilharia.

**P 10. Os oficiais de Artilharia estarão “eternamente” remetidos à participação nas Forças Nacionais Destacadas em cargos que não da sua especialidade? Porquê?**

R: Não. Os artilheiros são capazes de desempenhar funções em qualquer tipo de área.

**P 11. Existe alguma área específica em que os Artilheiros não possam desempenhar funções? Quais as razões?**

R: Não.

**P 12. Que áreas funcionais, no Teatro de Operações do Kosovo, ainda não foram ocupadas por oficiais de Artilharia?**

R: Julgo que a única área funcional em que não foi ocupada por um Oficial de Artilharia foi a de Oficial de Operações. Agora como Oficiais de logística, pessoal, informações, CIMIC e ligação tenho conhecimento da participação de artilheiros nessas áreas.

**P 13. Na sua opinião, e face as áreas referidas anteriormente, por que razões os Artilheiros não têm vindo a desempenhar funções?**

R: Relativamente a área das operações penso que seja devido á constituição da unidade que é nomeada leva o oficial de operações da arma respetiva.

**P 14. Que aspetos considera que deveriam ser melhoradas no futuro?**

R: Projetar mais forças constituídas. Nós estamos todos prontos a assumi-las. Estamos todos á espera que nos deem oportunidade para isso. Não acho que seja necessário mais formação daquilo que já temos porque quem já teve missões tal como eu sabe que com a experiência vai somando mais ensinamentos e através deles adquire conhecimento, mais capacidades e prontidão nas suas valências

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

## Apêndice F: Entrevista do Kosovo

### ENTREVISTA

#### IDENTIFICAÇÃO:

<b>1. Nome:</b>	Miguel Freire
<b>2. Posto:</b>	Tenente-Coronel de Cavalaria.
<b>3. Estado Civil:</b>	Casado.
<b>4. Funções:</b>	Diretor da Biblioteca e Docente
<b>5. Tempo na atual função:</b>	1 Ano.
<b>6. Formação Académica:</b>	Licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar e Mestrado Relações Internacionais pela Faculdade da Lusíada.

#### QUESTÕES:

##### **P 1. Que função desempenhou no TO do Kosovo?**

R: A função de desempenhei no teatro de operações do Kosovo foi Comandante de Reconhecimento do Agrupamento Delta KFOR. O ERec era uma das duas subunidades de manobra que o Agrupamento tinha. O agrupamento Delta tinha uma companhia de atiradores. O ERec estava equipado de viaturas blindadas de rodas, M11, Chaimite e V200 (Chaimite com morteiros) e a companhia de atiradores equipadas com viaturas M113 e viaturas Iveco. Portanto tanto o ERec como o esquadrão de atiradores eram duas unidades de manobra do Agrupamento.

##### **P 2. Dispôs dos meios humanos e materiais adequados para o cumprimento da missão?**

R: O meu esquadrão tinha três pelotões que foram reorganizados para garantir o funcionamento em que todos eles pudessem cumprir de igual modo as mesmas missões independentemente de dois deles serem de reconhecimento e um de morteiros pesados. Mas os três, apesar da tipologia das viaturas ser diferentes, foram reorganizados para os três conseguirem cumprir as mesmas missões sem diferença nenhuma.

**P 3. Quais foram as principais dificuldades que encontrou no TO do Kosovo?**

R: Não houve nem senti grandes dificuldades específicas. O Agrupamento Delta foi a terceira Unidades escalão Batalhão a ir para o Kosovo. A primeira foi o Agrupamento Bravo da brigada aerotransportada, depois foi o Agrupamento Charly da então brigada de intervenção e por fim o agrupamento Delta deste ciclo. Em 2001 O governo Português decidiu retirar as forças do Kosovo e portanto o agrupamento Delta fez o fecho da missão que se prolongou até aos nove meses de missão em vez de seis meses. Não sentimos grandes dificuldades porque o treino em território nacional; no aprontamento, já foi orientado para as missões que íamos cumprir. Já existia o feedback por parte do agrupamento Bravo que já tinha regressado e com quem cruzávamos informação, estando ao mesmo tempo a par com a atividade operacional do agrupamento Charle que estava em teatro. Portanto nós chegamos ao TO do Kosovo, em Junho de 2000, não havia grandes novidades. A única dificuldade que existia era na adaptação ambiental do teatro de operações devido às condições climáticas, no fundo foram as condições físicas do próprio teatro de operações, sendo que a missão já era conhecedora pelos antecedentes agrupamentos.

**P 4. As funções que desempenhou foram motivadoras? Porquê?**

R:As funções que desempenhei foram altamente motivadoras porque, no meu caso em particular, estava a comandar uma unidade de manobra, uma unidade de organização de calvaria pura, um esquadrão de reconhecimento puro só não tínhamos nos pelotões de reconhecimento as secções autometralhadoras equivalente á secção de carros de combate. Enquanto a companhia de atiradores teve que se reorganizar respetivamente ao seu quadro orgânico dado que não era igual ao território nacional. Eu ao comandar o esquadrão de reconhecimento da brigada mecanizada, a única coisa que tivemos de fazer foi alterar os nossos meios, deixar os M113 e os carros de combate e passamos a ter M11 e chaimites. Mas a organização e doutrina era a mesma. Relativamente ao efetivo da unidade de manobra, 50% dos militares eram da unidade de origem (num esquadrão que tinha 98 militares, quase uma centena de militares) os restantes vinham de fora isto na classe de praças, ou seja, os officias eram da unidade de origem, Brigada mecanizada. Por exemplo eu tinha condutores de VBTP eM11 do GAC.

**P 5. No seu entender, e no que se refere a tipos de missões, quais as razões para que os Oficiais de Artilharia não tenham vindo a desempenhar as funções de Oficial de Operações (S3) e de Comandantes de Unidade, Tendo em conta que a sua formação base é a mesma das restantes Armas?**

R: Relativamente às funções de Comandantes de Unidade os agrupamentos tem origem e são unidades de manobra. Ao serem unidades de manobra é natural que o Comandante de Unidade seja de umas das unidades de manobra, não faz sentido eu estar a dar o comando de uma unidade de manobra a um militar cuja arma não é de manobra. (distinguido o Apoio de Fogos; Apoio de combate e Apoio de Serviços). Esta é a razão e faz todo o sentido que os comandantes dos agrupamentos de manobra sejam da arma de manobra, Infantaria e Cavalaria. Este raciocínio estende-se para os Oficiais de Operações. Como os agrupamentos têm origem em unidades de escalão batalhão de Infantaria ou Cavalaria é natural que os Oficiais de Operações sejam dessas unidades de origem. É só esta a razão, porque em termos de formação e partindo do princípio que um oficial de estado-maior destes batalhões até têm o curso de estado-maior nada invalida que um oficial de artilharia seja oficial de operações. De maneira que é natural que o Oficial de Operações, no aprontamento, tem as funções de supervisão do treino e no teatro tem a responsabilidade de planear e conduzir a operações esteja mais familiarizado com as missões e os meios que são solicitadas á unidade. É este o raciocínio. Agora é assim, se um Oficial de Artilharia tiver o curso de estado-maior pode ser oficial de operações, tem é que ser conhecedor daquilo que é pretendido de um oficial de operações. Supostamente qualquer indivíduo com CPOS é capaz de o fazer. Por isso é natural que um Comandante puxe para oficial de operações o individuo da sua unidade de origem ou agrupamento porque conhece os homens, conhece os meios, conhece o teatro. Não invalida que numa unidade que é constituída por várias unidades, o oficial de operações pode ser um Oficial de Artilharia com reconhecimento e competência técnica.

**P 6. No seguimento da questão anterior, entende que tal facto tem implicações na motivação/desempenho dos Oficiais de Artilharia?**

R:Sim. Claro que tem, quando eu era capitão eu tive muitas vezes pena de não ser comando ou paraquedista porque estava muito mais capaz de integrar em missões porque o Exército privilegia os comandos e paraquedistas para as missões. As primeiras unidades a irem para os teatros são geralmente comandos e paraquedistas, dai quando eu era capitão

ficava descontente e de certa forma desmotivado. Sendo eu de manobra e não era escolhido. Naturalmente e é assim que tem que ser, um Oficial de Artilharia tem uma preparação para uma função de combate que não é a manobra. Por exemplo se fosse criada uma força nacional destacada de Apoio de Fogos, claro que o comandante tinha de ser de artilharia e não um Oficial de Infantaria ou Cavalaria. A partir do momento que o Agrupamento é uma unidade, escalão batalhão de manobra, lamento mas os Oficiais de Artilharia não tem direito a comandar o Agrupamento.

**P 7. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm condições para desempenhar as funções “normalmente” destinadas aos Oficiais de Infantaria, em especial no que respeita aos cargos de Comandantes/2º Comandantes de Forças Nacionais Destacadas?**

R: Não, mas um 2º Comandante pode ser de artilharia desde que o estado-maior assim o desejar. Agora um Comandante tem que ser um oficial de uma arma da manobra se a unidade de escalão batalhão, se o agrupamento em causa é de manobra tem que ser um oficial de manobra.

**P 8. O desempenho dos Artilheiros nas Forças Nacionais Destacadas do Kosovo traduziu-se em “mais-valias” para o cumprimento da missão? Poderá considerar-se que o desempenho dos Artilheiros foi relevante?**

R: Na minha opinião não é possível nós estarmos a especificar relativamente à arma se é ou não relevante, nós no fundo mais do que uma categorização com base nas Armas por vezes olhamos para as pessoas em si e efetivamente há oficiais em todas as Armas, uns mais contentes que outros. Na maneira de ser os artilheiros tem algumas vantagens competitivas em relação as armas da manobra. São mais metódicos, são mais meticulosos, são mais mesquinhos no sentido do pormenor. Enquanto os da manobra são mais relaxados, os cavaleiros são mais de conduta do que planeamento. Isto tudo tem a ver com a doutrina, com o treino, com a cultura da Arma e das unidades. Os artilheiros por natureza, isto é a minha apreciação pessoal não quer dizer que não possam cumprir qualquer tarefa, mas a natureza do apoio de fogos exige qualidades de trabalho, método e de rigor que na minha ótica torna-os melhores ou com mais apetência para funções do género pessoal e logística.

**P 9. Em sua opinião, os Oficiais de Artilharia têm demonstrado proficiência nas missões desempenhadas até ao momento?**

R:Sim, qualquer oficial do exército tem um brio mínimo que os impele a desempenhar as suas funções. Uns melhores que outros mas de uma forma geral com boa proficiência.

**P 10. Que razões aponta para o facto de os Artilheiros não participarem em FND como uma força constituída da Artilharia?**

R:Porque a opção do Exército foi sempre privilegiar em TO exigentes unidades de manobra. O Exército nunca quis pôr uma unidade de Apoio de Fogo porque para as operações de estabilização é empregue sempre à manobra. Devido a sua tipologia das unidades que tem mais visibilidade e á presença no terreno. Ao preparar-mos uma unidade de apoio de fogos acabam por ser unidades normais de patrulhamento e presença assim como aconteceu na bósnia e no Kosovo. Ao Exército é muito mais rentável em termos de imagem e face aos custos envolvidos ter manobra e não Apoio de Fogos.

**P 11. Os oficiais de Artilharia estarão “eternamente” remetidos à participação nas Forças Nacionais Destacadas em cargos que não da sua especialidade? Porquê?**

R: Para unidade de escalão Batalhão de manobra sim. Para outras missões de mentoria não. Relativamente ao Kosovo não porque são unidades de manobra.

**P 12. Existe alguma área específica em que os Artilheiros não possam desempenhar funções? Quais as razões?**

R:Não existe nenhuma área específica. Por exemplo os artilheiros podem ser oficiais de informações. As operações e o comando das unidades de manobra, por serem de manobra e havendo indivíduos mais qualificados cujo treino, a vida profissional é feita sempre na área da manobra faz todo o sentido que sejam esses a comandar as unidades e a ter as funções de estado-maior relacionadas com a manobra. As funções de estado-maior é uma escolha do comandante, se uma FND é gerada com base numa unidade de origem é natural que o comandante mantenha o seu estado-maior. É para isso que servem as unidades constituídas. Vem colmatar os lugares que lhe faltam com indivíduos de outras armas e ai aparecem sim os oficiais de artilharia desempenhando funções de oficial de informações e pessoal.

**P 13. Que áreas funcionais, no Teatro de Operações do Kosovo, ainda não foram ocupadas por oficiais de Artilharia?**

R: Não sei se houve algum oficial de Artilharia, pelo menos não tenho conhecimento na área das operações. Não formam ocupadas também na área das finanças e de engenharia.

**P 14. Na sua opinião, e face as áreas referidas anteriormente, por que razões os Artilheiros não têm vindo a desempenhar funções?**

R: Trata-se de quando o Exército quiser empregar unidade de apoio de combate ou cuja valência mais significativa é uma valência de Apoio de Fogos ou de Apoio de Combate e não de manobra faz sentido avançarem os artilheiros e não os de manobra. Não acontece porque dado á tipologia das operações de estabilização é melhor ao Exército português empregar a manobra. Estando assim a Infantaria sempre em vantagem.

**P 15. Que aspetos considera que deveriam ser melhoradas no futuro?**

R:O grande aspeto que deve ser melhorado no futuro mas que no fundo mas que até se tem verificado é que as unidades têm, e é isto que funciona, os agrupamentos tem de nascer de uma unidade escalão Batalhão constituído. Portanto a ideia chave é serem os menos estranhos possíveis entre si.

**Muito obrigado pela sua colaboração.**

## Apêndice G: Participação de Artilheiros Portugueses

### PRINCIPAIS FND COM PARTICIPAÇÃO DE ARTILHEIROS



Figura 1 - Participação de Artilheiros em FND. (Fonte: Autor, 2013)

## **Anexos**

## Anexo A

### TIMOR



FND	UN MOBILIZ	PERIODO	CMDT
1BIPARA	BAI	14FEV00/21AGO00	TCOR SIMÕES
-----	EPI	21JAN01/07DEC01	MAJ AFONSO
2BIPARA	BAI	21AGO00/26FEV01	TCOR MARQUILHAS
2BI/BLI	BLI	26FEV01/08OUT01	TCOR FIGUEIREDO
-----	CPAE	11JAN02/11FEV02	MAJ CASIMIRO MENDES
1BI/BLI	BLI	08OUT01/08JUN02	TCOR F.SOUSA
<i>CMD SECTOR CENTRAL COR CORREIA TOA PARA O 1BI/BLI EM 23ABR02</i>			TCOR F SOUSA
<i>CMDT CNT 29ABR02/24JAN03 - COR JERÓNIMO</i>			
2BIPARA	BAI	08JUN02/24JAN03	TCOR P SILVA.
<i>CMDT CNT 24JAN03/25JUL03 - COR BORGES</i>			
1BIMEC	BMI	24JAN03/25JUL03	TCOR HENRIQUES
AGR FOxTROT	BLI	25JUL03/24JAN04	TCOR INF Artur Carabau BRÁS
AGR HOTEL	BLI	24JAN04/JUL04	TCOR Francisco Xavier F. de SOUSA

Figura 2 – Quadro de missões em Timor no âmbito das FND.

## BOSNIA E HERZEGOVINA



FND	UN MOBILIZ	PERÍODO	CMDT
2BIAT (Reconhecimento na Bósnia)	BAI	18DEC/22DEC95	TCOR PQ Moço FERREIRA
2BIAT (PO)	BAI	16JAN96/12AGO96	TCOR Moço FERREIRA
2BIAT "JOINT ENDEAVOR/JOINT GUARD"	BAI	12AGO96/10FEV97	TCOR INF SARAIVA
1BIMEC	BMI	10FEV97/30JUL97	TCOR MESQUITA
2BIMOTO	BMI	30JUL97/14JAN98	TCOR INF Artur Neves Pina MONTEIRO
1BIAT	BAI	14JAN98/15JUL98	TCOR PQ Joaquim M. Carreto CUBA
AGR. ALFA	BLI	15JUL98/12JAN99	TCOR INF Alberto Augusto NUNES
1BIMEC	BMI	12JAN99/10JUL99	TCOR António José M. Pires NUNES
2HIPARA	BAI	10JUL99/31JAN00	TCOR C. MARTINS
AGRconjALFA	BLI	31JAN00/29JUL00	TCOR INF João M. M. Pinheiro MOURA
2BIMEC	BMI	29JUL00/28JAN01	TCOR SERRONHA
AGRECHO	BMI	28JAN01/29JUL01	TCOR MENEZES
1HIPARA	BAI	29JUL01/29JAN02	TCOR PQ António C. Gomes MARTINS
2BIMEC	BMI	29JAN02/30JUL02	TCOR ISIDRO M. PEREIRA
23I/BLI	BLI	29JUL02/29JAN03	TCOR PINTO DE ALMEIDA
CMCT MN BG	BAI	05JAN03/01MAI03	COR LIMA PINTO
CMCT MN BG	BMI	01MAI03/05JAN04	COR VILLA DE BRITO
CEM MN BG	BAI	05JAN04/24JUL04	TCOR BRITO ANTUNES
CMCT MN BG	POLÓNIA	05JAN04/24JUL04	COR KASPRZYCKI WOJCIECH
1HIPARA	BAI	30JAN03/30JUL03	TCOR FONSECA
AGR GOLF	BMI	30JUL03/24JAN04	TCOR FONSECA
3°HIPARA	BAI	24JAN04/23JUL04	TCOR JORGE PRAZERES
2°BIMec	BMI	24JUL04/12JAN05	TCOR BARROS DUARTE
2° BIPara	BAI	12JAN05/30JUN05	TCOR PQ FIGUEIREDO PEREIRA
2° BIPara	BAI	07 a 12NOV04	TCOR PQ FIGUEIREDO PEREIRA
1BI/BLI	BLI	30JUN05/15JAN06	TCOR INF Carlos A. V. da Paz MORENO
Comp PRT/RC4	Brig Mec	15JAN06/21JUL06	TCOR Rui M. da Silva FERREIRA
1BI/Comp PRT	Brig Int	22JUL06/24MAR07	TCOR INF SABINO

Figura 3 - Quadro de missões na Bósnia e Herzegovina no âmbito das FND.

## KOSOVO



FND	UN MOBILIZ	PERIODO	CMDT
AGR BRAVO	BAI	09AGO99/11FEV00	TCOR CALÇADA
AGR CHARLIE	BLI	11FEV00/11AGO00	TCOR António M. F. Rebelo TEIXEIRA
AGR DELTA	BMI	11AGO00/31MAR01	TCOR BANAZOL
DOE/KFOR	CIOE	30JAN01/16AGO01	TCOR M. DA SILVA
EQUIPA SAN APOD	BSS	18FEV03/22SET03	PSAR CRUZ
EQUIPA SAN APOD	BSS	22SET03/04FEV04	PSAR ALEGRE
2BI / BLI	RI 14/BrigInt	16FEV05/16SET05	TCOR INF Carlos A. Lopes BELEZA
3BIPara	BrigRR	16SET05/16MAR06	TCOR José C. A. SOBREIRA
1BIMec	BrigMec	16MARC6/22SET06	TCOR Eduardo M. B. C. M. FERRAO
1BIPara	BrigRR	22SET06/22MAR07	TCOR Guerreiro da Silva
2BIMec	BrigMec	22MARC7/22SET07	TCOR INF Maia Pereira
2BI / Brig Int	RI 14/BrigInt	22SET07/19MAR08	TCOR Magalhães
13°CAT	1BIPARA/BrigRR	18MARC8/25SET08	TCOR Pedro
AGR MIKE/BrigInt	BrigInt	25SET08/25MAR09	TCOR CAV J. RODRIGUES
UNMIK		20NOV05/16JAN09	MGEN RAUL CUNHA
1BI/BrigInt	RI 13/BrigInt	24MARC9/26SET09	TCOR F. TEIXEIRA
UEB/TACRES	1BIMec/BrigMec	26SET09/23MAR10	TCOR GONÇALVES
2BIPara	Brig RR	23MAR10/21SET10	TCOR NUNO MOREIRA
1BIPara	Brig RR	21SET10 A 23MAR11	TCOR PAULO ABREU
2BIMec	BrigMec	23MAR11/25SET11	TCOR AMARAL LOPES
GAM	RC6/BrigInt	25SET11/25MAR2012	TCOR CAV PAULO MARQUES

Figura 4 - Quadro de missões no Kosovo no âmbito das FND.

## Anexo B

### Espectro das Operações Militares

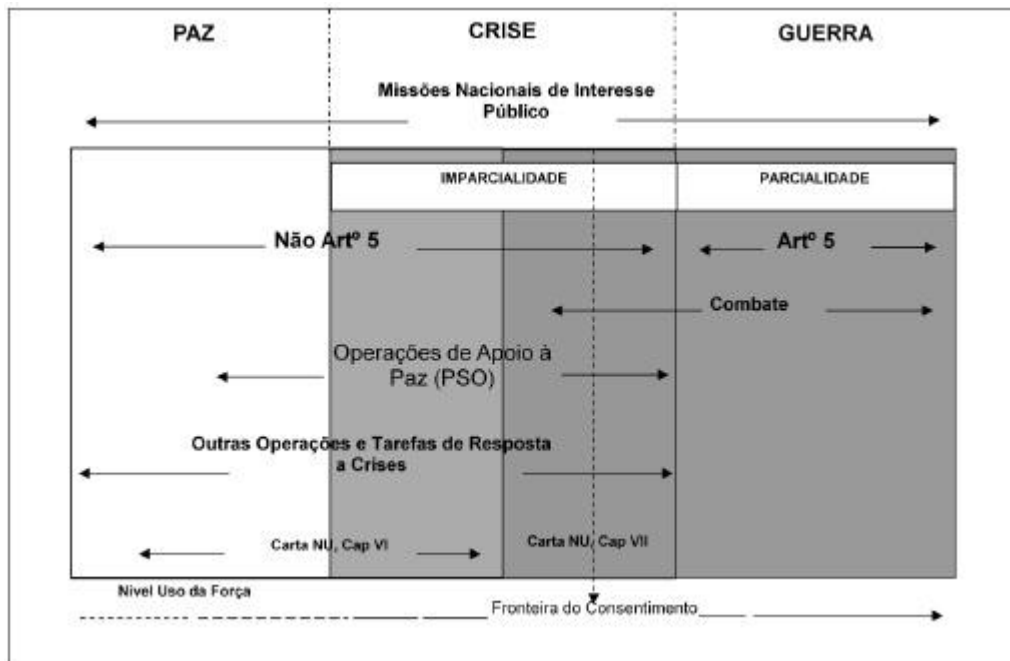


Figura 5 Espectro das Operações Militares

Fonte: Manual de Regulamento de Campanha e Operações, 2005

## Anexo C

### Artigo 5º Defesa Coletiva



Figura 6 - Artigo 5º Defesa Coletiva

Fonte: Manual de Regulamento de Campanha e Operações, 2005

## Anexo D

### Estrutura da NRF

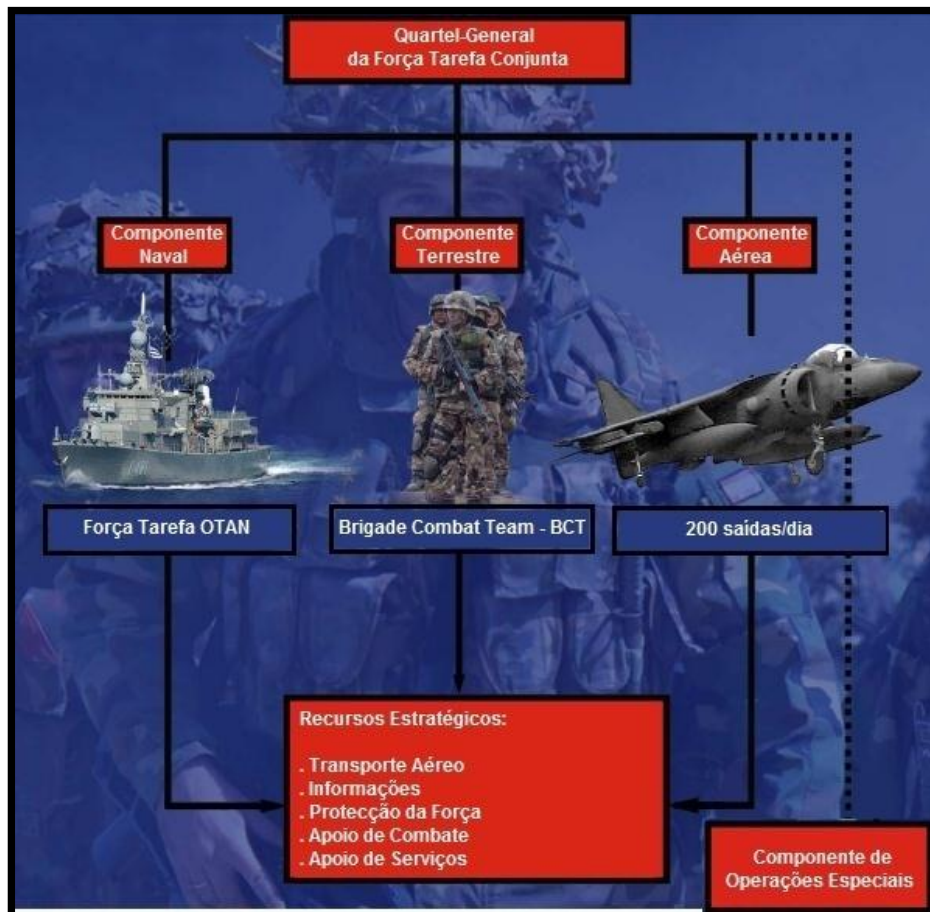


Figura 7 - Estrutura representativa de uma NRF.

## Anexo E

### Estrutura de um *BattleGroup*

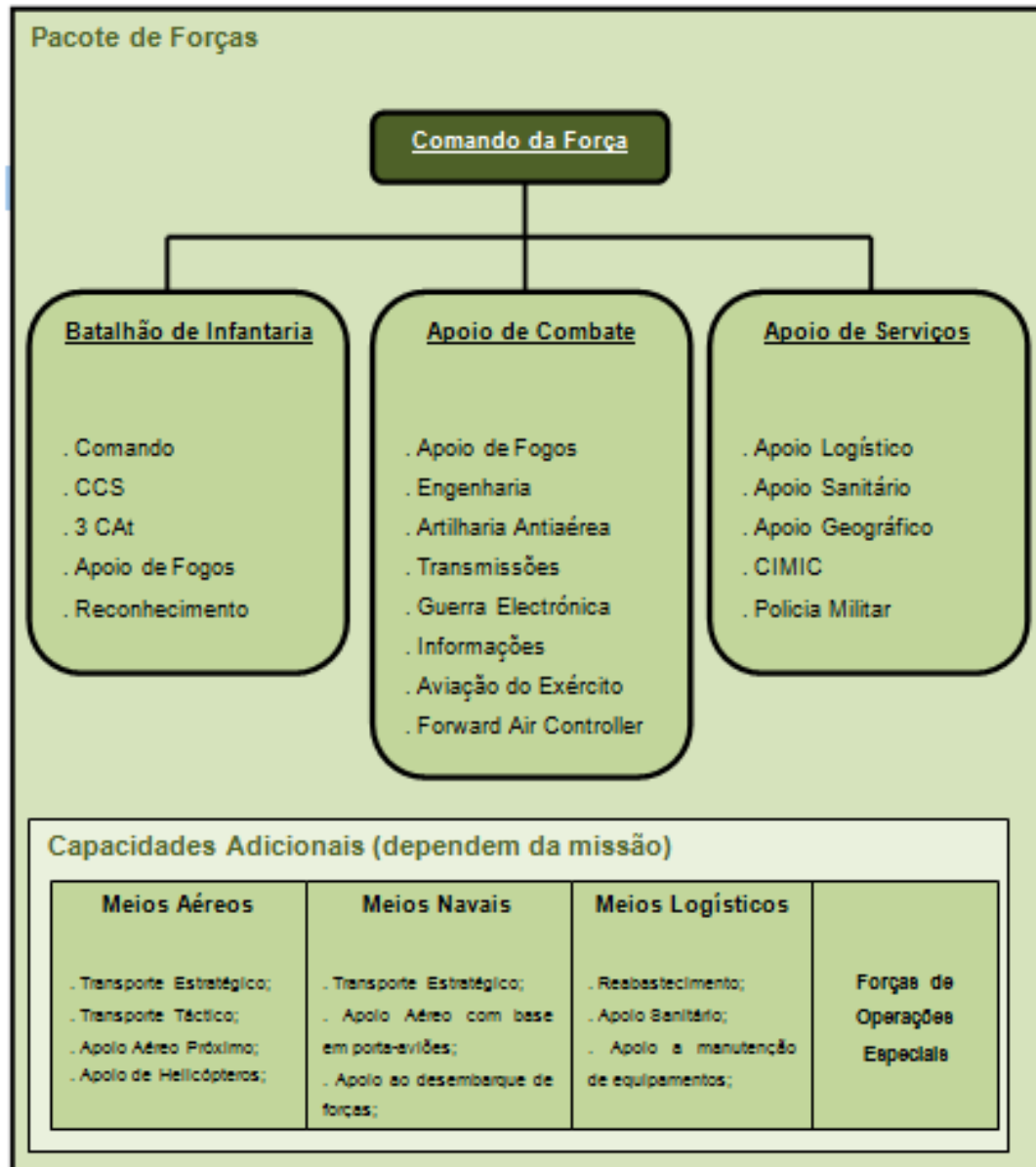


Figura 8 - Estrutura genérica de um Battlegroup. (Fonte: Baptista, 2007).

## Anexo F

### Princípios das Operações de Resposta a Crises

- **Objectivo** – Todas as operações devem ser orientadas para objetivos claramente definidos e compreendidos. Os objetivos estratégicos - militares devem permitir alcançar o estado final político desejado.
- **Perseverança** – Numa operação desta natureza, para alcançar o estado final desejado implica ser-se resoluto, paciente e persistente na perseguição dos objetivos definidos.
- **Unidade de Comando** – Requer uma clara definição da autoridade, papel e relações entre os intervenientes, para cumprir as tarefas atribuídas.
- **Unidade de Esforços** – Este princípio, reconhece a necessidade de uma aproximação coerente ente militares e civis. Requer uma contínua interação com as OI e as ONG envolvidas. Para conseguir este princípio, é essencial estabelecer uma ligação efetiva a todos os níveis e promover, regularmente, conferências e reuniões envolvendo todas as partes intervenientes.
- **Credibilidade** – A credibilidade é essencial para promover e estabelecer um clima de confiança. A Força não deve transigir quanto à vontade e capacidade para assumir as suas responsabilidades.
- **Transparência das Operações** – A Missão, o conceito de operações e o estado final político a alcançar devem ser compreendidos por todas as partes envolvidas neste processo (força, agências e partes). A difusão da informação deve ser balanceada com as necessidades de segurança.
- **Proteção** – É uma responsabilidade de comando inerente a qualquer operação militar. Devem ser considerados: a composição e volume da força, os planos, as ordens e as regras de empenhamento (ROE)<sup>48</sup>.
- **Flexibilidade** – O sucesso destas operações envolve uma elevada capacidade de gestão e adaptação, face às mudanças e eventuais transições que ocorram na situação envolvente e que conduzam ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável. O comandante operacional deve facultar o máximo de flexibilidade e as forças devem ter capacidade de adaptação às alterações.
- **Promoção da Cooperação e Consentimento** – Este princípio constitui-se como um pré-requisito neste tipo de operações. Exige uma cuidadosa ponderação e avaliação antes da execução de qualquer atividade de natureza militar.

---

<sup>48</sup> ROE – Rules Of Engagement;

- **Imparcialidade** – As operações devem ser conduzidas sem favorecer ou prejudicar qualquer das partes. Deve ser fomentada a aproximação entre as partes, através de uma comunicação eficaz e transparência das operações.
- **Uso da Força** – O uso da força neste tipo de operações, poderá prejudicar a execução da missão pelo que requer um elevado acompanhamento por parte do Comando da força; contudo, o uso da força deve estar de acordo com a lei internacional, nomeadamente o direito internacional humanitário. O uso da força deverá ser adequado à missão. No entanto, as ROE não devem limitar o direito inerente à autodefesa.
- **Respeito Mútuo** – Deve existir respeito pela nação, cultura e costumes da Nação Hospedeira. O Comandante Conjunto deve assegurar-se que os mesmos princípios são reconhecidos e implementados entre os diferentes contingentes que fazem parte da força.
- **Liberdade de Movimentos** – A liberdade de movimentos é fundamental para garantir o sucesso das operações em missões desta natureza. O mandato que a força detém, juntamente com as ROE, deve garantir liberdade e autonomia para cumprir as tarefas. As facções poderão impor algumas restrições neste aspeto. Há que impor essa liberdade, através de ações vigorosas e resolutas, podendo mesmo incluir o uso da força.
  - **Legitimidade** – Este princípio constitui-se como fundamental em operações desta natureza. É através da legitimidade que se consegue garantir o apoio da comunidade internacional, das nações contribuintes e das partes envolvidas. É necessário que a operação seja conduzida de acordo com a lei internacional, incluindo os princípios constantes na carta das Nações Unidas. Qualquer erro poderá comprometer a credibilidade da força, e consequentemente a sua legitimidade.

## Anexo G

Organização da UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor)

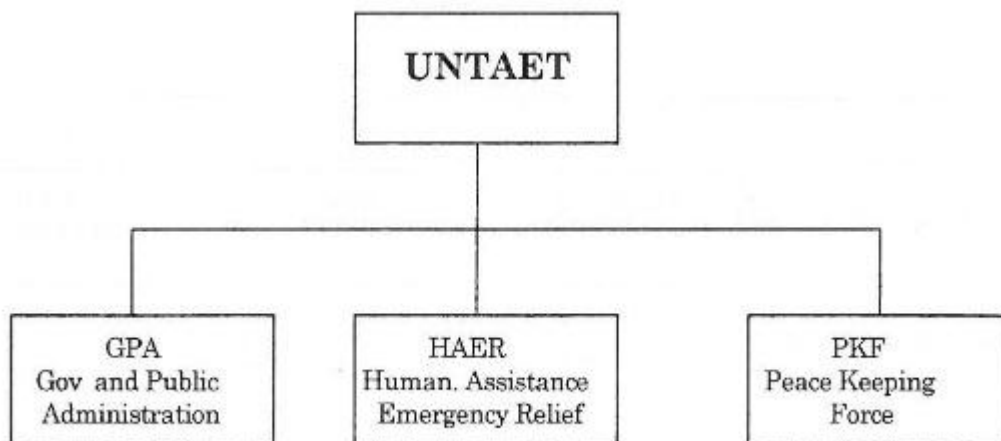


Figura 9- Organização da UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor). (Fonte: revista de Art Casa)

## Anexo H

### Organização da Força de Manutenção de Paz (PKF)

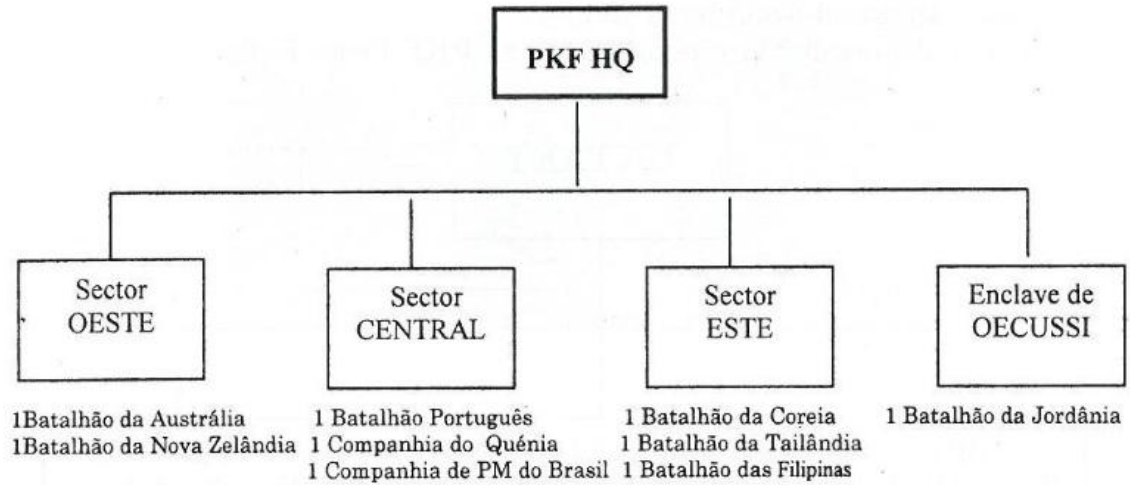


Figura 10 - Organização da Força de Manutenção de Paz (PKF). (Fonte revista Art Casa).

## Anexo I

### Missão da *IFOR*

A *IFOR* tinha a missão de fiscalizar e impor o cumprimento dos aspectos militares previstos no Acordo de Paz de Dayton. A *UNSCR* 1031 prevê o mandato da *IFOR* durante um ano no TO da Bósnia e Herzegovina. As tarefas militares a serem cumpridas (NATO, 2009):

1. Garantir a auto-defesa e a liberdade de circulação;
2. Supervisionar a marcação dos limites da *ZOS* entre as partes;
3. Monitorizar e, se necessário, impor a retirada das forças militares dos respectivos territórios, para que se possa estabelecer a *ZOS*;
4. Assumir o controlo do espaço aéreo sobre o território da Bósnia e Herzegovina;
5. Assumir o controlo da circulação de tráfego militar nas principais rotas terrestres;
6. Estabelecer comissões militares conjuntas, para servirem como órgãos centrais para todas as partes do Acordo de Paz;
7. Ajudar à retirada das forças da ONU não transferidas para a *IFOR*;



(Fonte: NATO, 2001)

**Figura 11:** Logótipo da *IFOR*.

Estrutura de C<sup>2</sup> da IFOR.

(Fonte: NATO, 2010)

**Figura 12:** Estrutura de C<sup>2</sup> da IFOR.

Em 1996, o Tenente-General Michael Walker (Exército Norte-Americano) era o Comandante da componente terrestre da IFOR, e tinha três divisões sob o seu comando:

1. Divisão Multinacional Sudoeste (MNDSW<sup>49</sup>), liderada pelo Reino Unido, com comando sediado em *Banja Luka*;
2. Divisão Multinacional Sudoeste (MNDN<sup>50</sup>), liderada pelos EUA, com comando sediado em *Tuzla*.
3. Divisão Multinacional Sudoeste (MDNSE<sup>51</sup>), liderada pela França, com comando em *Mostar*.

O AgrJúpiter ocupava o sector de Gorazde com o seu Posto de Comando (PC) estabelecido em *Rogatica*, estando integrado na Brigada Multinacional Norte (MNBN<sup>52</sup>) com comando Italiano, que por sua vez pertencia à MDNSE.

<sup>49</sup> MNDSW – Multinational Division Southwest;

<sup>50</sup> MNDN – Multinational Division North;

<sup>51</sup> MNDSE - Multinational Division Southeast;

<sup>52</sup> MNBN – Multinational Brigade North;

## Anexo J

### O Acordo de Paz de Dayton

O Acordo de Paz de *Dayton* surge após a reunião do Grupo de Contacto<sup>53</sup>, onde são aprovados os princípios de base para uma regulamentação da paz. É acordado um reconhecimento mútuo: a República Federal Jugoslava reconhece a Bósnia e Herzegovina e Sarajevo, por sua vez reconhece a República Sérvia.

Assim, no dia 21 de Novembro de 1995, chega-se a um acordo em Dayton, no Estado norte-americano do *Ohio*. Neste acordo, assinado pelo Grupo de Contacto e pelos representantes das partes beligerantes, *Franjo Tujam* (Croácia), *Alija Izetbegovic* (Bósnia) e *Slogan Militeis* (Sérvia), é aceite o plano de paz para a Bósnia e Herzegovina. Este acordo foi formalmente assinado em Paris no dia 14 de Dezembro de 1995 (Saraiva, 2008).



Figura 13 - Divisão Territorial da Bósnia e Herzegovina em 1995. (Fonte: StratFor, 2009)

<sup>53</sup> O Grupo de Contacto era constituído por: EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia.

## Anexo K

### Missão da *KFOR*

A KFOR obteve o seu mandato a partir da UNSCR 1244 e do MTA acordado entre a OTAN, a República Federal da Jugoslávia e a Sérvia. Inicialmente, o seu mandato tinha como principais objetivos (NATO, 2009).

1. Dissuadir o recomeço das hostilidades;
2. Estabelecer um ambiente seguro;
3. Desmilitarizar o Exército de Libertação do Kosovo (UCK);
4. Apoiar o esforço humanitário internacional;
5. Coordenar e apoiar a presença internacional no território do Kosovo



Figura 14 - Logótipo da KFOR. (Fonte: NATO, 2001)

## Estrutura de Comando e Controlo da KFOR

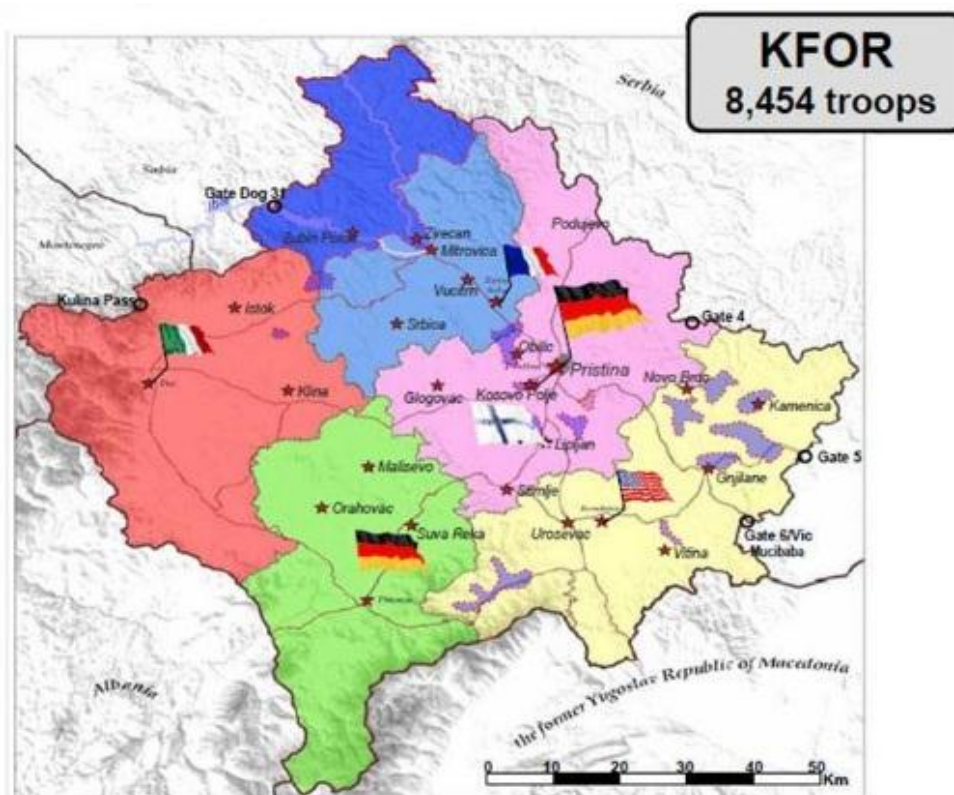


Figura 15 - Estrutura de Comando e controlo da KFOR. (Fonte: NATO, 2010)

Em 1999, o Tenente-General Mike Jackson (Exército Britânico) era o COMKFOR, e tinha cinco brigadas sob o seu comando:

1. Brigada Multinacional Norte (MNBN<sup>54</sup>), liderada pela França;
2. Brigada Multinacional Centro (MNBC<sup>55</sup>), liderada pelo Reino Unido;
3. Brigada Multinacional Este (MNBE<sup>56</sup>), liderada pelos EUA;
4. Brigada Multinacional Sul (MNBS<sup>57</sup>), liderada pela Alemanha;
5. Brigada Multinacional Oeste (MNBW<sup>58</sup>), liderada pela Itália;

O AgrBravo ocupava o sector de *Klina*, estando integrado na área de responsabilidade (AOR) da MNBW, que integrava também um batalhão espanhol.

<sup>54</sup> MNBN – Multinational Brigade North;

<sup>55</sup> MNBC – Multinational Brigade Center;

<sup>56</sup> MNBE – Multinational Brigade East;

<sup>57</sup> MNBS – Multinational Brigade South;

<sup>58</sup> MNBW – Multinational Brigade West;